



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
LICENCIATURA E BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
JOCENILDO TEIXEIRA DE SOUZA

**Movimento anarquista no Brasil:** uma análise das contribuições políticas durante a  
Primeira República.

MACAPÁ

2015

JOCENILDO TEIXEIRA DE SOUZA

**Movimento anarquista no Brasil:** uma análise das contribuições políticas durante a Primeira República.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Amapá, como pré-requisito para obtenção do título de graduado em Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado), sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Eliane Superti.

MACAPÁ

2015

JOCENILDO TEIXEIRA DE SOUZA

**Movimento anarquista no Brasil:** uma análise das contribuições políticas durante a Primeira República.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Amapá, como pré-requisito para obtenção do título de graduado em Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado), sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Eliane Superti.

**Aprovado em: 13/11/2015**

**Conceito:** \_\_\_\_\_

**Banca Examinadora**

\_\_\_\_\_

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Eliane Superti (Orientadora)**

**Instituição: UNIFAP**

\_\_\_\_\_

**Prof<sup>o</sup> Dr. Dorival da Costa dos Santos (Examinadora 1)**

**Instituição: UNIFAP**

\_\_\_\_\_

**Prof<sup>o</sup> Dr. Paulo Gustavo Correa (Examinador 2)**

**Instituição: UNIFAP**

## DEDICATÓRIA

À Ana Caroline Bonfim Pereira, pela sua valorosa contribuição intelectual, pois a ideia deste trabalho surgiu de sua insistência; por também acreditar em mim, quando nem mesmo eu tinha essa capacidade. Obrigado por tudo que você fez por mim nesses anos de academia, por ter se tornado minha companheira de jornada.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente à minha mãe, Maria Dinalva, que tenho certeza que está em júbilo de alegria; por ter me concebido, por ter me criado com muito amor, dedicação, zelos e cuidados constantes, por ter sido o pilar forte de nossa família, por ter nos ensinado pelo próprio exemplo a sermos pessoas honestas, sinceras, enfim; de bom caráter. Mãe, a Sra. é uma mulher formidável, à qual serei eternamente grato por tudo.

Reitero meu agradecimento à minha leal companheira Ana Caroline, ou simplesmente Carol, que me dedicou muito de seu tempo desde que nos conhecemos, guiando-me nos momentos em que andei pelo “frio vale das sombras”, por ter me amparado, por ter me acolhido em suas asas, por ter dedicado tanto carinho e atenção, cujos mesmos nem sempre tiveram respostas recíprocas, entretanto em raros momentos de lucidez, como este, lembrei com gratidão por todas as suas boas ações; a ela meu amor, sempre.

Ao meu querido filho Augusto Cardoso que me compreende, como sou, incentiva-me e torce por mim, mesmo de longe, sei que seu amor é puro e sincero e também é um Mahatma, alguém do qual tenho muito orgulho de poder ter laço de amor nesta efêmera passagem, mas nos ligamos como energias na imensidão cósmica. Nossa jornada ainda não terminou, andarei com ele e ambos seremos irmãos de alma sempre.

Às minhas queridas e, por enquanto, distantes irmãs e irmão, Ane; Leide; Cleide e Jocenilson apesar de mais novos e terem começado depois de mim os estudos, foram mais aplicados e deram imenso orgulho para nossa mãe, são inspiradores; e também possuem corações cheios de amor por todos da família, são pessoas com personalidade forte, inteligentes e sensatas, apesar de todas as nossas intrigas da infância, não guardamos mágoas, rancores ou remorsos, porque nos amamos como irmãos queridos.

Aos meus amigos da UNIFAP, com os quais tive o prazer de conviver, em especial Patrício Nazaré, Luiz Leal, Delque Pantoja, Anderson Igor, Ricardo Teixeira, Joice Cunha, Arielson do Carmo, Cleiton Rocha, Layza Alves, Anderson Torres, Tiago Lopes, Arthur Anthunes, Emerson Aquino, Miqueias Serrão, Ivandro Almeida, Paula Carvalho, Cibelle Canto, Raysa Nascimento, Kassy Karoline e Vinícius Melo, temos muitas histórias juntos, umas engraçadas, outras tristes, mas são nossas histórias e elas fazem parte do que fomos e somos;

aprendi muito com todos, por isso sinto carinho especial, mesmo que o tempo e a distância deponham contra mim, eles são especiais e sempre os levo comigo.

Agradeço igualmente aos meus inseparáveis amigos: Alex Amintas, Raylan Morais, Cid de Paula, Saturo Morais, Cydi Nunes, Isaac Feitosa, Ivan Molina, Jhonatan Almeida, Renato Dezincourt, Paulo Santiago e Silvio Neto. Assim como meus amigos e amigas de longa data: Simone Afonso, Daniel Barros, Adriana Galdino e Ana Rita sempre presentes e importantes em momentos difíceis, devo-lhes muita gratidão. Aos meus novos e igualmente importantes amigos: Marcelo Chamma, Marcos Fugita, Márcia Helena e Adílson Luiz, agradeço enormemente pela acolhida e por toda ajuda que recebi quando cheguei em São Paulo.

A todos os meus professores da UNIFAP, em especial aos professores e amigos que fiz nesta Instituição, como Ed Carlos Guimarães e sua esposa Iza Vanessa, que foram muito importantes; não só para meu aprendizado, mas para um momento “especial da minha vida”, tenho muita gratidão; pelo mesmo motivo, ao meu amigo Luciano Araújo, outro professor amigo que tive o prazer de encontrar, nossas energias confluíram-se mutuamente, a quem também sou muito grato. Especial agradecimento à professora Adriana Tenório, por ter me ajudado à distância em muitos momentos em assuntos burocráticos.

Meu amigo Dorival da Costa dos Santos (Nei) por conservarmos nosso carinho e respeito há anos, mesmo em tempos de efemeridades, apesar das pequenas divergências, nossas afinidades são muito maiores e ainda que fôssemos inimigos, seríamos cordiais mutuamente, pois reconhecemo-nos um no outro, nossos defeitos e virtudes são similares. Embora a disparidade de erudição seja óbvia entre nós.

Por último, um agradecimento especial; à minha inestimável orientadora Eliane Superti, que aceitou a tarefa hercúlea de orientar um “louco” como eu, suportou minha indisciplina, minhas fragilidades, debilidades, e mesmo assim não me deixou para trás, bem poderia fazer, mas foi extremamente nobre e decidiu continuar a me orientar. Sou muito grato por sua presteza, gentileza e confiança. Lembro-me que quando fui convencido a trabalhar com um tema delicado e indicaram-me sua pessoa, fiquei temeroso, pois imaginava que seria e foi difícil atender às suas exigências e expectativas, só tenho a agradecer por sua inesgotável paciência.

“Porquanto nenhum homem possui uma autoridade natural sobre seu semelhante e uma vez que a força não produz nenhum direito, restam, pois, as convenções como base de toda autoridade legítima entre os homens [...] Renunciar à própria liberdade é renunciar à qualidade de homem, aos direitos da humanidade, inclusive a seus deveres. Não há nenhuma compensação possível para quem quer que renuncie a tudo. Semelhante renúncia é incompatível com a natureza do homem e tirar toda liberdade à sua vontade é arrebatá-lhe toda moralidade a suas ações. Enfim, não passa de vã e contraditória convenção estipular de um lado uma autoridade absoluta e, de outro, uma obediência sem limites [...]” Jean-Jacques Rousseau *in* O Contrato Social, cap. IV.

## **RESUMO**

A presente pesquisa teve a intenção de investigar, historiograficamente, o movimento anarquista no Brasil durante a Primeira República, pois é notório haver escassez sobre a temática, esse fato não é sem razão, visto que, durante muitas décadas o anarquismo foi obscurecido e quase apagado da história no país. O resgate da memória das correntes anarquistas, principalmente o anarcossindicalismo, suas influências tem sido tarefa para poucos pesquisadores, razão pela qual a bibliografia sobre a temática ainda é incipiente. Através desta pesquisa, buscou-se esse propósito, o de desvelar em que áreas e esferas da sociedade influíram; suas contribuições marcantes, perfazendo um apanhado histórico, a partir de leitura de artigos e livros que pudessem alcançar os objetivos propostos: destacar as contribuições dos movimentos anarquistas no Brasil durante a Primeira República; analisar como e por que as contribuições dos movimentos anarquistas foram relegadas às margens da historiografia brasileira. O presente trabalho foi de cunho qualitativo, destacando-se a utilização do método histórico, a partir das análises de fontes bibliográficas e artigos com escopo evidenciar as contribuições dos movimentos anarquistas no Brasil, partindo do pressuposto que a história oficial do Brasil teve e ainda tem a intenção de ocultar as realizações do movimento anarquista que foi expressivo nesse período.

**PALAVRAS-CHAVE:** anarquismo, anarcossindicalismo, história.



## **ABSTRACT**

This research had the intention to investigate, historiographically, the anarchist movement in Brazil during the First Republic, it is apparent there are shortages on the subject, this fact is not without reason, since for many anarchism decades was obscured and almost extinguished history in the country. The rescue of the anarchist currents memory, especially the anarcho-syndicalism, their influence has been task to few researchers, which is why the literature on the subject is still in its infancy. Through this research, it sought to that end, the unveiling in what areas and spheres of society influenced; their outstanding contributions, making a historical overview, from reading articles and books that could achieve the proposed objectives: to highlight the contributions of the anarchist movement in Brazil during the First Republic; analyze how and why the contributions of anarchist movements have been relegated to the margins of Brazilian history. This study was of qualitative nature, especially the use of the historical method, based on the analysis of literature sources and articles scoped highlight the contributions of the anarchist movements in Brazil, assuming that the official history of Brazil had and still has intended to hide the achievements of the anarchist movement that was significant in that period.

**KEY WORDS:** anarchism, anarcho-syndicalism, history.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I: CONTEXTO HISTÓRICO NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX</b>	
1.1 Panorama político vigente no Brasil e na Europa Ocidental.....	15
1.2 Momentos que antecederam à República: dinâmica política e econômica.....	21
<b>CAPÍTULO II: CHEGADA EM MASSA DE IMIGRANTES A PARTIR DE 1900</b>	
2.1 Contextos que favoreceram a entrada de imigrantes.....	30
2.2 Correntes e Teóricos anarquistas presentes no país.....	31
2.3 Meios empregados para disseminar a propaganda e o engajamento anarquista.....	37
<b>CAPÍTULO III: LEGADO DO ANARQUISMO NO BRASIL</b>	
3.1 Como e de que forma os anarquistas deixaram seu legado.....	39
3.1.1 Anarquismo e Sindicalismo no Brasil – As greves entre 1917 e 1919.....	39
3.2.2 Movimentos sócio culturais emancipatórios.....	48
3.2 Declínio do anarquismo no Brasil.....	50
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS:</b>	
• Por que a historiografia relegou as margens da História as contribuições do movimento anarquista no Brasil?.....	53
• O anarquismo seria uma filosofia política superada?.....	57
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é fruto de pesquisas bibliográficas e historiográficas com objetivo de investigar o movimento anarquista no Brasil, principalmente nos vinte primeiros anos do século XX. Apesar da importância histórica, essa temática ainda pertence a um círculo restrito de historiadores e militantes que ainda guardam documentos da participação do anarquismo desse período, como ideia e como movimento filosófico político que nasceu na Europa e atravessara o Atlântico com inúmeros imigrantes em fins do século XIX.

Cabe ressaltar primeiramente que para situar historicamente como surgiu e porque surgiu o anarquismo em terras brasileiras, faz-se necessário um recuo histórico aos tempos do Brasil imperial. Trata-se de compreender as dinâmicas sócio-político-econômicas vivenciadas neste período e o movimento que tornou o Brasil refratário dos movimentos originados na Europa Ocidental, em especial do século XVIII e XIX.

Os acontecimentos que decorreram das grandes revoluções industriais e políticas foram sentidos, embora não assimilados de imediato no país, fazendo com que o Brasil fosse destino de milhares de imigrantes de países nos quais os modelos de economia e política estavam sendo afetados por uma nova forma ou modelo de produção. Neste contexto, ainda no império afluíram para o país muitos imigrantes desejosos de alcançar um nível de vida que já não lhes era possível no velho continente. Entretanto quando aqui chegaram depararam-se com um Brasil que *parecia* estar alheio às mudanças ocorridas na Europa. Tiveram de se adaptar a uma terra que guardava estranhamente um modelo político econômico que lembrava à Europa mais medieval do que a nova Europa e sua nascente indústria e processo de urbanização mais acelerado.<sup>1</sup>

Esse panorama do Brasil imperial, será melhor evidenciado com as análises de cunho sociológico e através da perspectiva da ciência política. Ambas as ciências lançaram nova luz sobre temas que já foram amplamente abordados pela historiografia tradicional, embora não tivessem o escopo de demonstrar como se deu a passagem do Brasil de aparências feudais, sem ser feudal para um país capitalista, sem ter lastro burguês como ocorrera na Europa.

---

<sup>1</sup> Nas palavras de Marx, em sua obra O Manifesto do Partido Comunista: a grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a expansão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e colocando num segundo plano todas as classes legadas pela Idade Média (MARX, 1998, p. 41).

Assim, cabe mencionar antecipadamente que autores importantes e relativamente recentes foram os responsáveis para essa nova abordagem como Décio Saes e Florestan Fernandes. Eles se debruçaram sobre um momento específico da história do Brasil, o momento crucial da passagem de um modo de produção escravista, segundo Saes para um Estado burguês, segundo Florestan Fernandes.

Portanto, considera-se imprescindível entender esse momento, para que se faça uma análise sobre o como e o porquê do anarquismo ter encontrado terreno fértil em solos brasileiros. Especialmente o anarcossindicalismo, que foi a principal corrente libertária na consolidação do movimento operário no país a partir da instauração da República até os primeiros vinte anos do século XX.

Como os anarquistas chegaram ao Brasil, trazendo seus ideais de emancipação político social? Quais as consequências advindas desse movimento e suas áreas de influência? Por último, como suas contribuições foram relegadas às margens da história no Brasil? Essas são questões que orientaram a presente investigação que foi construída a partir de pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática.

Como o objeto da investigação é o movimento anarquista, cabe primeiramente conceituar o que é Anarquia. Anarquia deve ser compreendida, não apenas como um conceito dado, mas, como um conjunto filosófico, político mais complexo e extenso que extrapola a simples dedução do termo. Quando se fala de anarquia, sugere-se implicitamente que há um sistema de ordem social organizado politicamente que abrange um conjunto amplo e heterogêneo de indivíduos numa sociedade, que são iguais em termos de liberdade, igualdade e pressupõe uma fraternidade mutualista entre os congregados dessa sociedade.

Não se pode supor, mesmo pelo fato notório desse sistema de ordem social não ter sido implementado ou aceito como um pacto social livremente consentido em algum lugar e num tempo histórico registrado pelo homem, que o mesmo não seja possível. É certo que por não ter existido, nos moldes como é concebido, em algum lugar, isso acentuou ainda mais o seu caráter utópico.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Desde os tempos mais antigos, se considerarmos a *Atlântida de Homero*, *A República de Platão* e mesmo os modernos *Utopia de Thomas More* e *O Príncipe de Maquiavel*, percebemos haver uma busca incessante por uma sociedade ideal, em vista das contradições apresentadas nas sociedades que esses grandes pensadores estavam inseridos. Assim como em *A Utopia*, More busca mostrar uma sociedade ideal, diferentemente da Inglaterra de seu tempo que estava envolta em guerras civis e num estágio a que poderíamos chamar de caótico, ou seja, pela simples utilização do termo “caótico” a um Estado constituído, o termo significaria que o anarquismo não teria esse sentido, mas sim de ordem, uma ordem política *horizontal*; para verificar tais afirmações, recomenda-se leitura das obras citadas.

Muitas obras, baseadas em relatos e documentos históricos, apontam a chegada dos primeiros anarquistas no Brasil. Eles foram os principais propagadores da ideologia anarquista que viria a ser a corrente ideológica mais influente nas manifestações do operariado da nascente república, a partir de 1900. Esses propagadores utilizaram periódicos para influenciar as massas de operários dos primeiros núcleos industriais do país e essa influência seria notadamente marcante nos vinte primeiros anos do século XX.

A presença de estrangeiros na *imprensa livre* foi muito intensa, a ponto de incomodar a ordem social. A contra ofensiva por parte do governo endureceu a fiscalização, censura e até mesmo promulgou leis para expulsá-los do país sob o pretexto de causarem incitações contra as autoridades e a soberania do Estado.<sup>3</sup>

Não obstante, a esse quadro de repressão que se seguiu durante os primeiros vinte anos do século XX, os articuladores conseguiram denunciar as condições de trabalho a que estavam sujeitos o operariado. Tiveram sucesso, ainda, em incentivar a criação de sindicatos e centrais de trabalhadores para pressionar o patronato a reconhecer as reivindicações dos demandantes.

Assim, após o fortalecimento dos sindicatos, em especial no Rio de Janeiro e em São Paulo, apesar do início ser disforme e amorfo, os anarquistas, diretamente ligados aos sindicatos, conseguiram influenciar o operariado a fazer greves por melhores condições de trabalho. Pode-se afirmar que tanto a imprensa livre quanto o movimento anarcossindicalista retroalimentavam-se e faziam a *questão social*, aos poucos mudar de patamar, visto que no início eram reprimidos pela força policial, sem que suas demandas fossem levadas em consideração pelo patronato ou Estado.

À medida que o século XX avança, observa-se um cenário de instabilidade política e econômica, tanto nas principais economias da Europa quanto no Brasil. Esse será um motivo para que os anarquistas sempre estejam em constantes conflitos com o patronato e o Estado. Até a primeira Guerra Mundial<sup>4</sup>, apenas ensaios ocorreram para o que seria o grande momento dos anarquistas no país.

---

<sup>3</sup> Os periódicos de cunho libertário eram utilizados principalmente para discutir as questões sociais mais urgentes do país, como os baixos salários, condições precárias de trabalho, alta dos preços, crítica ao clero, Estado e Patronato. Em todos esses periódicos havia a necessidade constante de manter o operariado sempre disposto a encampar os movimentos de massa que mais tarde culminaria em greves.

<sup>4</sup> Durante a primeira Guerra Mundial, o país viveu intensos conflitos, entretanto o clímax das disputas entre o movimento operário no país estaria reservado para os anos de 1917 e 1919, período em que já se consolidavam sindicatos, associações e centrais de trabalhadores, os quais mantinham em seus quadros articuladores das mais diversas correntes de pensamento, de anarquistas radicais a liberais cristãos, entretanto, os mais ferrenhos e

Em decorrência das pressões do operariado e por iniciativa do congressista Maurício de Lacerda, no ano de 1919, seriam lançadas as primeiras tentativas de consolidar as leis trabalhistas. Os primeiros projetos de lei eram resultados de acordos bilaterais entre patronato e operariado. Entre as propostas contempladas nesses projetos de legislação estavam a jornada de trabalho de oito horas, descanso semanal, proibição de trabalho de menores de quatorze anos, proibição de trabalho noturno para mulheres e menores de dezoito anos, pagamento de horas extras, melhorias laborais e de higiene no ambiente de trabalho.

Portanto, o embrião da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estava em gestação, como resultado de um movimento que lutou organizadamente para sua obtenção. Ao contrário do que muitos pensam, a legislação trabalhista não é fruto de outorga benevolente do Estado Vargas, essas conquistas foram alcançadas historicamente pelo operariado em luta.

Após esse período de grandes embates, o movimento operário anarcossindicalista começa a declinar, por inúmeros fatores, de ordem macro, como a economia de orientação liberal de um lado e de outro a Revolução Russa em 1917. Muitos foram os seduzidos com a possibilidade de implantar no Brasil um modelo análogo ao da Rússia, entretanto isso só traria mais dissensões ao movimento operário.

Por outro lado, no âmbito interno, as pressões políticas davam conta de que um novo tipo de sindicalismo (reformista) estaria mais adequado aos propósitos de patrões e operários. Além da forte repressão policial, perseguição, prisão e deportações dos principais líderes anarquistas. A partir de então o anarquismo passa para a obscuridade histórica, sendo-lhe até mesmo negada a sua importante participação no processo de avanços de melhorias das condições do operariado, como se fosse quase obliterado, para ressurgir em fragmentos algumas décadas depois.

Para compreender todo esse movimento histórico e alcançar os objetivos propostos na pesquisa, a redação do trabalho foi organizada em três capítulos aos quais foram adicionadas conclusões finais, conforme segue:

O primeiro capítulo está estruturado de forma a contextualizar o panorama histórico de fins do século XIX e início do século XX, em especial ao contexto da Europa Ocidental e sua relação direta com o Brasil, neste aspecto particular o panorama interno presente no país,

---

combativos foram os anarcossindicalistas, que conseguiram manter influência sobre muitos sindicatos, principalmente fabris e têxteis, até os anos 1920.

principalmente os aspectos políticos e econômicos que passaram por transformações estruturais nesse período.

O segundo capítulo traz a tônica do grande fluxo migratório que o Brasil recebeu no período durante o final do século XIX e início do século XX, evidenciando as situações e contextos que favoreceram a entrada de imigrantes. Também aborda a chegada dos primeiros anarquistas estrangeiros no país, assim como aponta os meios de propagação e engajamento do ideário anarquista.

O terceiro capítulo trata do auge e declínio do anarquismo no Brasil, traz as contribuições da principal corrente anarquista presente no país, o anarcossindicalismo, como foi importante para as conquistas dos movimentos operários de então, além de trazer uma breve menção aos movimentos sociais emancipatórios que são pouco lembrados na historiografia.

Por fim, nas considerações finais, faz-se um resgate e um aprofundamento das discussões preliminares levantadas ao longo do trabalho, mas principalmente é onde são feitos questionamentos importantes, sobre o por que da historiografia relegar o movimento anarquista às margens da história e ainda se o anarquismo seria uma filosofia política superada.

## **CAPÍTULO I: CONTEXTO HISTÓRICO NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX**

### **1.1 Panorama político vigente no Brasil e na Europa Ocidental**

Não há como dissociar o contexto histórico do Brasil do restante do mundo, em especial, da Europa Ocidental. Desde que os portugueses aqui aportaram, trazendo consigo uma forma exógena de cultura, como leis, costumes, formas e estruturas de organização política vigentes na Europa Ocidental a então colônia portuguesa passa a estar inserida em um conjunto de relações políticas e econômicas marcadas pelo mercantilismo europeu. Entretanto este trabalho não tem por objetivo fazer um resgate histórico desde o Brasil colonial, o que ora se propõe é fazer um recorte histórico, a partir de meados do século XIX, como panorama político, para então culminar no momento em que se convencionou chamar de Primeira República, entre 1889 e 1930.

Devem-se considerar acontecimentos históricos que desencadearam processos de ruptura do Antigo Regime, da estrutura feudal para o Capitalismo, na Europa Ocidental, como o que ocorrera na Inglaterra, França e Alemanha. Pois, esse processo não aconteceu

repentinamente, foi gestado durante muito tempo, e as ideias e concepções que foram constituídas para subsidiar a Nova Ordem ganharam força gradualmente, além de um conjunto de fatores que somados contribuíram para ruir os sistemas organizacionais políticos de então (BOBBIO, 1998, p.30).

Devem-se levar em consideração também, como primordiais, dois fatores que foram decisivos para a supremacia da burguesia, o primeiro: as ideias liberais que surgiram com os iluministas, que desencadeariam uma revolução no sentido político, sendo responsáveis diretamente pela ruptura do Antigo Regime, para um Estado moderno com aparatos delineados aos moldes e concepções burguesas. O segundo fator, igualmente importante em escala, foi a Revolução Industrial ocorrida concomitante ao das revoluções políticas dos principais países da Europa Ocidental (HOBSBAWM, 1979, p.18).

Este panorama histórico teve reflexos no Brasil, pois até 1822 ainda era colônia de Portugal. A Metrópole também sofria as influências da economia e da política que se desenrolavam na Inglaterra, Alemanha e França. A independência do Brasil, ocorrida naquele ano não mudaria a forma política na sua estrutura, nem mesmo o modo de produção. O País continuaria escravista, entretanto a partir de meados do século XIX, devido às pressões internas e externas esse sistema que sustentava a estrutura político-econômica do país sofreria mudanças que culminariam na abolição da escravatura em 1888 e um ano depois na proclamação da República.

Os eventos entre meados do século XIX até o fim do mesmo, que seriam cronologicamente ordenados, como embargos da Inglaterra ao comércio escravo. Leis sucessivas de abrandamento da escravatura, proibições de venda entre escravos entre províncias, Lei de entrada de imigrantes, sendo o ingresso deles como mão de obra complementar, em lavouras de café, e ainda o fluxo de imigrantes para as principais cidades no fim desse século, promoveriam um cenário político no país que tardiamente ingressaria no modo de produção capitalista, por isso denominado “capitalismo dependente”<sup>5</sup>, com uma burguesia recém-ascendida, e alguns financiados pelo capital estrangeiro.

A situação de instabilidade política e econômica na Europa Ocidental, no século XIX, foi, também, um fator gerador do fluxo migratório entre os países. Entre eles, o Brasil seria afetado pelos efeitos em cadeia dos movimentos iniciados no velho continente.

---

<sup>5</sup> Capitalismo dependente é uma definição cunhada por Florestan Fernandes em seus pressupostos teóricos em várias obras.



Deve-se levar em consideração que o Brasil ainda em fins do século XIX não possuía a estrutura de Estado Moderno, muito menos a economia alicerçada na manufatura industrial da Inglaterra, Alemanha e a França. Nossa base econômica era agrária e produzida em larga escala pelo trabalho escravo.

Ao mesmo tempo, muitos camponeses empobrecidos, expropriados e proletários explorados de países, como Itália, Alemanha, Portugal, alijados do novo processo de produção que se iniciara, não vislumbrando outra possibilidade de melhores condições em seus países iniciaram um grande fluxo migratório para o continente americano. Muitos desses imigrantes trouxeram consigo novas ideias, oriundas de suas experiências, que os tornavam indivíduos politizados.<sup>6</sup>

Apesar da conquista de liberdade, o novo homem europeu ocidental que deixara de ser servo, quer fosse camponês ou pequeno artesão urbano, para se tornar, no termo marxista, proletário<sup>7</sup> ou aspirante a tal condição não via no novo contexto espaço político e econômico para suas aspirações. Muitos tentaram organizar-se para compreender essa Nova Ordem que fora estabelecida, para então tomar decisões que pudessem lhes beneficiar enquanto coletividade, foi assim que surgiram os primeiros sindicatos modernos e algumas organizações internacionais que congregariam o conjunto desses sindicatos.

Uma das associações federativas de sindicatos mais bem sucedidas foi a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), conhecida historicamente como a Primeira Internacional<sup>8</sup>. A AIT congregava associações e sindicatos dos mais diversos segmentos de trabalhadores e das mais diversas correntes filosóficas e políticas, de anarcossindicalista, anarquistas, socialistas e liberais inconformados com a crescente exploração dos trabalhadores em nível mundial, mais especificamente na Europa Ocidental e Estados Unidos. Neste momento em particular, ideias que já eram embrionárias durante o início da era capitalista,

---

<sup>6</sup> Há que se fazer uma distinção entre os vários fluxos de imigrantes para o Brasil, pois foram distintos, como aconteceu no sul do Brasil, ainda no começo do império, pois essa fora uma imigração incentivada, em que vieram muitos alemães e italianos, e fundaram colônias que depois se tornaram cidades importantes para a produção econômica local.

<sup>7</sup> Marx, discorre sobre essa situação de transição de servidão para proletário na obra *O Manifesto do Partido Comunista*

<sup>8</sup> Segundo Woodcock (2007a, p.117) foram as idéias de Proudhon que influenciaram os operários franceses que ajudaram a criar a Internacional e muitos dos líderes da Comuna de 1871 e a maioria dos sindicalistas militantes da França entre 1890 e 1910.

consolidaram-se em tentativas de reformar ou mesmo causar a ruptura com este modo de produção, entre elas o anarquismo.

As origens do Anarquismo remontam o século XVIII, quando seus primeiros expoentes não se autodenominavam anarquistas. Entretanto, de acordo com alguns anarquistas, há indícios de que a filosofia política tenha raízes em tempos mais remotos e em lugares diferentes no mundo (WOODCOCK, 2007a, p.39).

Anarquia significa ausência de governo e não ausência de ordem. A noção pejorativa que o termo adquiriu surgiu da contra propaganda engendrada pelos meios de comunicação patronais, especialmente jornais de industriais e de padres que faziam apologias aos periódicos, fazendo com que uma parte significativa da população acreditasse que anarquia era sinônimo de badernas e desordem social.

Como anteriormente dissera, o anarquismo como pensamento filosófico político surgiu na Europa Ocidental do Século XVIII com Willian Godwin, ainda que o mesmo não se definisse anarquista, de acordo com Kropotkin; ainda segundo Woodcock (2007a, p.64) o primeiro filósofo a se afirmar como anarquista foi o francês Pierre-Joseph Proudhon.

Proudhon, além de ter sido o primeiro a identificar-se anarquista, foi o responsável intelectual por dissipar as dúvidas e confusões que permeavam sobre o conceito de anarquismo, à medida que combateu veementemente os adversários políticos da época, teorizando sobre as bases da organização social. Isso lhe angariou discípulos como Bakunin e Kropotkin, que seriam os principais referenciais para uma nova geração de anarquistas libertários prestes a sacudir a Europa Ocidental e suas influências seriam sentidas no Brasil, principalmente no início do século XX.

Embora o anarquismo fosse uma corrente forte, principalmente na França<sup>9</sup>, ela não era a única com pretensões de derrubar o capitalismo. Havia, também, outra corrente igualmente forte e ambas disputariam ao longo da história a proeminência na arregimentação de seguidores e protagonismo combativo ao sistema capitalista.

As dissensões entre anarquistas e socialistas remontam meados do século XIX, quando Karl Marx, então exilado na França conhece Proudhon. O então jovem e subversivo

---

<sup>9</sup> Cf. Woodcock (2007a, p.117)

Marx<sup>10</sup> percebera na Filosofia Anarquista um ideário inspirador para combater o Capitalismo, entretanto, Marx e Proudhon se distanciaram diametralmente em decorrência da troca de cartas em que expunham suas ideias e se replicavam mutuamente, sem chegarem a um consenso sobre o modo prático de derrubar o que consideravam uma forma de produção que explorava e degradava o ser humano tanto quanto a servidão feudal do Antigo Regime.

A despeito das dissensões ocorridas no que se convencionou denominar “Esquerdas”, tanto Marx, quanto Proudhon entendiam que a convergência deveria ser a mola propulsora do combate e ruptura à Nova Ordem. Entretanto, Socialistas Marxistas e Anarquistas jamais seriam aliados contra o que consideravam o inimigo comum.

O momento de maior animosidade entre os dois ocorrera por conta da resposta de Marx à obra *A Filosofia da Miséria* de Proudhon, com a obra *A Miséria da Filosofia*. Nessa última Marx criticou diversos pontos de vista de Proudhon e o desqualificou enquanto economista e expôs em seu livro todas as falhas dos pressupostos de Proudhon, dessa forma, irremediavelmente, Marxistas e Anarquistas estariam de lados opostos, “combatendo pela mesma causa”.

Marx considerava o Anarquismo uma ideia morta em si, apenas uma filosofia política sem pragmatismo; em ato contínuo lançou *O Manifesto do Partido Comunista*, tendo muito mais repercussão do que os escritos de Proudhon. Podemos inferir que Marx teria protagonismo maior como expoente de uma filosofia política contrária ao capitalismo, assim os anarquistas teriam dificuldades para disseminar suas ideias para um público que acolheria as de Marx com maior simpatia.

Mesmo com a morte de Proudhon, Marx não se veria livre por completo dos anarquistas, uma vez que Proudhon deixou um legado considerável, e, portanto Marx teria de duelar com mais um Anarquista, pela proeminência do ideário libertário que tentaria pôr fim ao Capitalismo. Desta vez, iria travar intensos debates com Mikhail Bakunin, na Primeira Internacional, após várias tentativas e todas infrutíferas, não havia mais espaço para Bakunin e os anarquistas na maior congregação de delegados de trabalhadores em nível internacional que já houve.

---

<sup>10</sup> Ao ler *O que é propriedade de Proudhon*, a obra continha tantas teorias originais que Karl Marx, que viria a tornar-se mais tarde um dos maiores inimigos de Proudhon, considerou-a "um livro penetrante" quando a discutiu na *Neue Rheinische Zeitung* e, posteriormente, em *A Sagrada Família*, descreveu-a como "o primeiro exame decidido, vigoroso e científico sobre a propriedade" (WOODCOCK, 2007a, p.124).

Como resultado da expulsão dos anarquistas da Primeira Internacional, os mesmos passaram a atuar apenas na organização paralela Aliança Social Democrática (ASD) Woodcock (2007a, 184), que congregaria os anarquistas insatisfeitos com as diretrizes tomadas pelo grupo hegemônico de Marx. De acordo com Woodcock (2007a, pp.25-26), os mais áspers duelos entre marxistas e anarquistas se deram em torno da forma pragmática que pretendiam abolir o sistema capitalista para então implantar uma nova forma de organização social que melhor correspondesse aos anseios da coletividade insatisfeita com a Nova Ordem.

Deve-se ressaltar que as ideias do anarquismo e socialismo não surgiram simplesmente como fruto de mentes privilegiadas, pelo contrário foram a reverberação intelectual de movimentos organizados (ou não) de trabalhadores<sup>11</sup> que estavam sendo explorados por um novo sistema. O sistema capitalista apresentava contradições em si, coube tão somente aos pensadores, entender, compreender e formularem refutações de ordem intelectual, quer fosse pela filosofia, ou mesmo pelo manifesto de intenções para que os trabalhadores explorados pudessem ter consciência mais plena enquanto sujeitos inseridos no processo.

Portanto as filosofias políticas representavam, em si, a verbalização das insatisfações dos milhares de trabalhadores que tinham de trabalhar em condições completamente extenuantes, até 16 ou 18 horas por dia, aí também se incluíam mulheres e crianças. As situações rigorosas de exploração do trabalho foram o mote para os anarquistas e socialistas formularem suas teses para duas propostas distintas de revolução.

As ideias atravessaram o Atlântico e chegaram à América Latina. Em especial no Brasil num momento em que a modo de produção, e a forma como se utilizava a força de trabalho estava passando por uma série de transformações. Havia embates de diversas naturezas pela hegemonia do poder que parecia estar mudando de mão, embora as elites tradicionais ainda se conservassem no topo, agora sob um novo estandarte, não mais como o senhor de latifúndios e escravos, mas como um novo personagem que fora fruto da economia agrária do café, conforme exploraremos nos pressupostos de Florestan Fernandes.

Para entendermos esse momento em particular, faz-se necessário abordar duas obras de fundamental importância para a compreensão do que seria ou mesmo do que foi a “Revolução Burguesa do Brasil” e a “implantação” do Estado Burguês, vale ressaltar que tais pontos de vista, tanto de Décio Saes quanto de Florestan Fernandes se coadunam e

---

<sup>11</sup> Bakunin (2011, p.65)

corroboram uma interpretação que estaria fora do eixo de discussões até os anos de 1970, entretanto suas análises têm uma contribuição visceral para o entendimento da política brasileira de fins do século XIX.

Portanto, a partir das três últimas décadas do século XIX no Brasil, a fragilidade da ordem escravocrata desencadearia o fim do Brasil imperial e do modo de produção conhecido como escravismo moderno (segundo Décio Saes). Essa nova configuração favorecerá a entrada de imigrantes para, paulatinamente substituir a mão de obra escrava até esse sistema não poder mais contar com tal mão de obra.

Assim, deve-se levar em consideração que as análises que serão objeto de averiguação não estão dissociadas no tempo e no espaço e referem-se em grande medida à posição do Brasil frente às grandes nações europeias e até mesmo aos Estados Unidos, por este motivo não há como pensar em contexto histórico brasileiro sem recorrermos ao contexto histórico mais globalizante.

## **1.2 Momentos que antecederam à República: dinâmica política e econômica**

Para se compreender o modo de produção vigente no Brasil nos momentos que precederam o marco histórico objeto da presente pesquisa, ou seja, os primeiros 30 anos da república, torna-se necessário analisar os acontecimentos que desencadearam a ruptura das relações de trabalho escravo no país, com a inserção não abrupta, mas paulatina da mão de obra livre. Dessa maneira, é necessário abordar duas grandes obras datadas de meados da década de 1970 e início dos anos 1980, respectivamente *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes e *Formação do Estado Burguês*, de Décio Saes, que trouxeram novas interpretações sobre o momento de transição político e econômico do país, a saber, do Império para a República.

De acordo com Saes, no Brasil, houve um modo de produção que não se assemelhava nem ao Feudalismo nem mesmo ao Capitalismo, como sua forma embrionária e mais propriamente industrial do século XIX. O modo de produção que Saes vai apontar como presente no Brasil ficou denominado com “Escravidismo Moderno” segundo o autor:

Modo de produção não é um todo complexo com dominância, em última instância, do econômico (ou a determinação em última instância); consiste, a rigor, na articulação entre a estrutura jurídico-política (encarados o direito e o aparelho repressivo do Estado em sua unidade) [...] e as relações de produção/forças produtivas, uma certa estrutura jurídico-política criando as condições (tão-somente ideológico-políticas ou também econômicas,

conforme o tipo de Estado) para reprodução de certas relações de produção das forças produtivas que lhes correspondem[...] (SAES, 1985, p. 58)

A partir de sua conceituação de modo de produção, pode-se analisar sua formulação da tese sobre as relações produtivas, forças produtivas, instrumentos jurídico-políticos que proporcionaram tal modo de produção, bem como os sujeitos envolvidos nas diversas disputas, inclusive em busca de hegemonia política e econômica, durante o período em questão.

Sua tese bem construída não dá margem para dúvidas de que o modo de produção era um tipo de escravismo moderno e Décio Saes ainda delineou as características que diferenciavam do modo de produção escravista antigo, alusivamente o que ocorrera na república e império romanos. Para Saes a diferença primordial entre os modos de produção escravista moderno e antigo reside na estrutura jurídico-política.

Décio Saes apresenta a seguinte questão: “Como se reproduziam as relações/forças produtivas escravistas na Antiguidade?”, ao que o mesmo responde, através de uma dupla política de Estado, sendo a segunda consequência da primeira que seriam então a expansão territorial e a escravização de outros povos e homens.

Tal característica é peculiar ao escravismo antigo, o próprio Estado tinha a intenção clara de apresamento de outros povos conquistados. Tal fato não se evidenciou no Brasil, visto que as primeiras tentativas de apresamento dos índios foram infrutíferas e o Governo absolutista português tinha interesse na intermediação comercial de escravos negros da África, principalmente das regiões onde mantinha contato com tribos que se transformaram em empresas de apresamento de outras tribos e homens.

Outra diferença a que Saes faz referência é quanto à escassez de escravos, o qual alega que na antiguidade tal escassez surgiu e se desenvolveu porque o Estado se tornou progressivamente incapaz de exercer a função de apresamento, tendo que abandonar em razão de pressões e revoltas, pois começou a haver desproporção entre exército e povos conquistados que se revoltavam contra o Estado conquistador, fragilizando assim e obstando a ação expansionista de apresamento de novos povos estrangeiros.

A escassez no escravismo moderno, não se deu pela incapacidade de apresamento, visto que o Estado escravista não exercia tal função, e sim pela pressão em escala mundial, durante o século XIX, do capital industrial interessado na destruição de monopólios instaurados no período mercantilista.

Ressalta-se ainda que embora essas características sejam próprias de um ou de outro modo, o antigo ou o moderno, Décio Saes evidencia que a estrutura jurídico-política engendrada no Brasil, a partir de meados do século XVI a fins do século XIX, foi determinante para a caracterização do que o mesmo chamou de modo de produção escravista moderno, pois foi tal estrutura que possibilitou as demais relações existentes.

De acordo com Décio Saes foram três as fases, sendo a primeira de meados do século XVI até 1808, a segunda de 1808 até 1831 e a última de 1831 até 1888, e suas características mais elementares, entretanto para escopo deste trabalho e apenas para um breve regresso histórico para entendermos como as relações de trabalho, ou seja, o principal motor da economia do país eram sancionadas pelo Estado - faremos apenas um breve apanhado do último período mencionado - com grande pressão de senhores escravocratas, entretanto esse cenário passou a sofrer outras intervenções que levaram à sua queda em pouco mais de meio século e em seu lugar surgiram novas relações de força trabalho. Portanto, ratificamos a importância de entendermos o período em questão:

- 1831 até 1888: Décio Saes aborda aspectos que configuram o tipo de Estado dominante no Brasil, nesse período, ou seja, o Estado escravista moderno, quais sejam:

a) Caráter escravista da estrutura jurídico-política: neste tópico Saes apresenta sua argumentação mais enfática sobre o que, de fato, foi o elemento desencadeador das demais relações do modo de produção escravista moderno, a estrutura jurídico-política elaborada, com seu conjunto de leis e aparato burocrático, para assegurar a escravidão no Brasil, até sua crise irreversível; aduz ainda que:

O princípio fundamental do direito escravista é a classificação dos homens em duas grandes categorias: a dos seres dotados de vontade subjetiva (pessoas) e a dos seres carentes de vontade subjetiva (coisas), estando estes sujeitos à vontade daqueles e constituindo-se em propriedade dos mesmos. Aos primeiros reconhece-se a capacidade de praticar atos; aos segundos atribui-se a condição de objetos de tais atos. Esse princípio classificatório é definido, de modo sistemático, no que convencionalmente se denomina direito privado; mas ele se irradia para o chamado direito público [...] (SAES, 1985, p. 103).

Décio Saes também aponta que as leis do período imperial, tinham, quase sempre, a intenção de ocultar seu caráter escravista, devido, principalmente, às pressões da burguesia industrial inglesa que por sua vez pressionava o Estado inglês a intervir, mesmo militarmente, para capturar navios negreiros em costa brasileira.

Ressalta-se ainda, o caráter contraditório das leis, pois de um lado, as mesmas coisificavam, quase por completo, o escravo, por outro lhe atribuíam subjetividade quanto a atos praticados, isolada ou conjuntamente, sejam revoltas ou fugas de seus cativeiros, pois as punições variavam entre os castigos físicos de açoite à pena capital. Com a crescente escassez de escravos, quer seja pela interdição dos portos para seu ingresso, ou fugas, ou ainda libertações alforriadas, os castigos passaram a ser a última opção dos latifundiários escravistas, pois a esses interessava o pleno vigor físico a seu dispor na tarefa que era incumbida aos escravos.

b) Caráter escravista da política de Estado: Saes aponta que o Estado tinha clara intenção de fazer com que o modo de produção escravista continuasse, apesar das pressões, externas e internas, conforme suas palavras:

Pode-se dizer, portanto que o Estado escravista brasileiro desempenhou a sua função política fundamental (a conservação da dominação da classe escravista) por duas vias fundamentais: a repressão ao movimento antiescravista, e a realização de concessões destinada – por desorganizarem ideológica e politicamente o movimento antiescravista – a prolongar a dominância/sobrevivência do modo de produção escravista moderno no Brasil.[...] (SAES, 1985, p. 146).

Portanto ao tomar essas medidas o Estado brasileiro estava fortemente comprometido com a preservação do escravismo no país, como consequência da pressão que as elites escravistas exerciam sobre o mesmo. E ainda, Saes aponta um erro interpretativo de alguns autores de que o Estado imperial fora um Estado de transição, do escravismo para o capitalismo, quando na verdade esse Estado foi defensor de uma linha dos interesses escravistas, até o momento em que a revolução antiescravista promoveu sua derrubada.

c) Caráter centralizado do aparelho de Estado: nesse tópico, vemos uma análise sobre a centralização do Estado, na medida em que a Constituição de 1824 colocara a preponderância do poder centralizado em relação às províncias e municípios, através de atos de nomeação discricionariamente ao arbítrio do imperador.

Décio Saes recorre à historiografia para apontar as razões que levam a essa centralização, identificadas como precedentes ao império e mantidas como um pacto de elites escravistas e o poder central, na época da colônia com a corte portuguesa que ocorrera da seguinte forma:

São as características particulares do processo de Independência no Brasil – aliança entre as classes dominantes da Colônia e a Casa Real portuguesa,



isolamento da luta popular (massa escrava, campesinato, pequena burguesia urbana) pela libertação nacional – que explicam a conservação da unidade, em termos políticos, do antigo território colonial. As classes dominantes das diferentes regiões, a despeito de terem sido predominantemente ligadas ao mercado europeu e de não terem podido articular os seus interesses através de um mercado nacional (praticamente inexistente), aceitaram a forma monárquica de Estado e a conservação da unidade política no antigo território colonial, a fim de derrotar a revolução contra o escravismo e a revolução contra o latifúndio/grande comércio, ambas emergentes no curso da luta pela independência nacional (SAES, 1985, p. 146).

Dessa forma a aliança que se iniciara ainda na colônia, permanecia no império, visto que, os interesses políticos e econômicos se mantinham inalterados para as partes envolvidas, de um lado as elites escravistas de outro o Estado.

A crise do Império, segundo Décio Saes se formou no seio do próprio Estado, especificamente no Exército, e teria consequências irreversíveis para a estrutura do Estado escravista moderno no Brasil. O que se depreende de sua análise é que existia no Exército (entre os oficiais) um sentimento ideológico antiescravista, talvez reflexo da entrada de negros, ex-escravos ou escravos do Estado na Instituição e das concepções positivistas presentes entre os oficiais e esse sentimento ficou mais evidente após a guerra do Paraguai.

A política de Estado era de que o Exército e a Marinha fariam a defesa externa do país, entretanto devido às pressões das classes dominantes escravistas o próprio Exército fora convocado a intervir em casos de revoltas de escravos, o que levou a oficialidade agir com sabotagens para não lograr êxito.

Em resposta, o Estado passou a valorizar a Guarda Nacional em detrimento do Exército. Tal contradição foi o motivo que elevou o Exército a uma posição de vanguarda e em conjunto com abolicionistas e novos atores na disputa do poder político no país a decretar o fim do Estado imperial.

Portanto, quando se analisa a abordagem de Décio Saes, observa-se que o trabalho no Brasil sempre foi reservado aos excluídos da sociedade, no caso em questão os escravos. Mas, diferentemente do processo que se daria na instauração da república, não havia necessidade de leis trabalhistas, pois os régios decretos já eram suficientes para regulamentar a atividade laboral dos escravos, os quais sendo propriedades de seus senhores não tinham personalidade jurídica ou civil para representarem-se, mesmo em maior número.

Para Florestan Fernandes, a passagem do Brasil Império para o Brasil República não seria possível sem os atores que estavam em cena na disputa pela hegemonia do poder na

estrutura de Estado e essa disputa se deu progressivamente no Império e perduraria por longos anos, em alguns momentos esses confrontos seriam substituídos por alianças, dependendo dos interesses de determinados grupos ou oligarquias como foi consagrado na literatura histórica especializada.

Não há como negar que houve uma mudança na estrutura política e econômica do país e isso não se deu por decreto, não foi a instauração da República que mudou tais relações, mas sim o contrário, pois de acordo com a uma análise mais apurada dos fatos que antecederam à República, pode-se verificar que o embate entre os antigos senhores da lavoura cafeeira e novos grupos em ascensão levariam à uma coalização para “mudar” a estrutura governamental do país, entretanto os mesmos permaneceriam coligados solidariamente em zonas de influência<sup>12</sup> nesta mesma estrutura.

Portanto, torna-se necessário analisar os pressupostos de Florestan Fernandes sobre esse momento de transição, para o qual a economia brasileira ganhara, em poucas palavras, certos substratos materiais ou morais e os dinamismos econômicos básicos para assimilar os modelos de organização econômica predominantes nas economias centrais. No entanto, dada a sua própria condição de economia periférica e dependente, não iria assimilar tais modelos reproduzindo, pura e simplesmente, o desenvolvimento prévio daquelas economias.

Esse modelo de desenvolvimento no Brasil não poderia se dar da mesma forma como se desenvolveu na Europa, por vários motivos elementares, desde as dimensões continentais, às condições peculiares reconhecidamente da produção agrária em vez da supremacia da indústria como ocorria na Europa Ocidental, por aqui a urbanização também era um fenômeno que se observaria mais tarde, portanto as analogias entre Brasil e os países mais desenvolvidos no sistema capitalista eram díspares, apenas alguns elementos consubstanciariam, de fato, para que houvesse uma passagem de uma ordem colonial escravista, nas palavras de Décio Saes, para um país de Capitalismo dependente, como afirma Florestan Fernandes.

Mesmo assim não se podem desprezar esses elementos constitutivos de uma “Revolução Burguesa”, pois a despeito do que se poderia imaginar que não haveria condições

---

<sup>12</sup> Segundo Décio Saes em uma análise sobre a obra de Poulantzas *Poder político e classes sociais*, o Estado capitalista se converte no agente organizador da hegemonia de uma fração da classe dominante no seio do bloco no poder. Ora, se o Estado capitalista privilegia sempre os interesses econômicos de uma fração da classe dominante com relação aos das demais frações, como é possível que a sua ação “sacrifique” simultaneamente tais interesses (bem como os das demais frações da classe dominante).

necessárias e requisitos para uma revolução dessa ordem. Ela ocorreu, e ocorreu num momento quase repentino, num período de pouco mais de 20 anos, as condições necessárias para tal foram reunidas, conforme Florestan Fernandes afirma:

Não existiam as condições e os processos econômicos que davam lastro ao funcionamento dos modelos econômicos transplantados nas economias centrais. Eles só podiam ser postos em prática, com eficiência e senso de “previsão econômica”, nas ações e relações econômicas nas quais a situação de mercado aqui imperante já reproduzia determinados requisitos institucionais das economias centrais (FERNANDES, 1976, p.89.).

Esse processo começou pelas transações comerciais que o Brasil mantinha com as economias centrais, a partir da dinâmica da comercialização, ou seja, exportação e importação. Florestan Fernandes não deixa claro, nem adentra no mérito, entretanto, pode-se supor que os maiores negociadores do país perceberam a relação do fluxo de entrada e saída de produtos negociados no exterior, o que os tornava reféns de um processo que não poderiam deter, mas apenas serem uma parte do mesmo, decidiram reproduzir em terras brasileiras modelo análogo às relações negociais internacionais, entretanto, no contexto local, no pólo ativo dessas novas relações.

Dessa forma, pode-se inferir que o capitalismo surgiu no país como consequência tardia das relações negociais econômicas com as economias centrais, mas não só isso, esse capitalismo que começava no país também atenderia aos interesses dessas economias, o fato de o Brasil dar os primeiros passos rumo ao capitalismo não o tornaria independente dos países que já estavam numa fase avançada nesse processo e também por deterem a hegemonia política e econômica em nível global, para demonstrar essa realidade Florestan afirma:

Era um capitalismo de tipo especial, montado sobre uma estrutura de mercado que possuía duas dimensões — uma estruturalmente heteronômica; outra com tendências dinâmicas autonômicas ainda em vias de integração estrutural. Por causa dessa dupla polarização, a esse capitalismo se poderia aplicar a noção de “capitalismo dependente” (FERNANDES, 1976, p.90).

Nesse período em que o Brasil tenta se aproximar das grandes economias, o principal aspecto da modernização era o aparelhamento para modernizar a nascente indústria do país. Esse processo se deu gradativamente e de forma controlada pelo Estado, e com a pressão dos cafeicultores, para tanto havia a necessidade de uma mudança de ordem sócio-político e cultural que fizesse com que com os alicerces dessa mudança fossem sedimentados, para tanto os primeiros movimentos se deram nas transferências de firmas e filiais, com a expertise de exportação e importação, bem como em operações bancárias.

Não obstante, a implementação de medidas “modernizadoras”, com vistas à maior participação da indústria, comércio e serviços, a produção agrícola do café estava em seu auge, portanto, mesmo com tais medidas, o país ainda estava refém das oligarquias agrárias que detinham o maior peso na balança comercial do país, em termos de exportação.

Entretanto, à medida que as transformações ocorriam com maior velocidade e o país passara a ter contingentes urbanos, que demandavam outras dinâmicas sociais, políticas e econômicas. Foi também gradualmente ganhando espaço o tipo de capitalismo que aqui seria implementado, um tipo de capitalismo dependente, que não estaria de forma alguma dissociado do contexto global, assim, as elites cafeicultoras começaram a perceber que teriam de diversificar suas atividades econômicas para continuar como um forte grupo capaz de pressionar o Estado em favor de seus interesses.

Dessa forma o Senhor de fazenda<sup>13</sup>, vai assumir um novo papel, frente às transformações inevitáveis nos contextos externos e internos, para salvaguardar seu patrimônio e seu prestígio dentro da ordem do Estado, e a República parecia mais condizente com esse novo homem de negócios do que a conservadora monarquia, de qualquer forma os senhores agrários e agora homens de negócio continuariam no centro político e econômico do poder.

Portanto, havia uma nova configuração que até então muitos atores envolvidos nas intermináveis disputas políticas não haviam percebido, essa nova configuração exigia um tipo diferente de sujeito, ao invés do senhor de fazendas<sup>14</sup>, um homem de negócios com espírito

---

<sup>13</sup> Assim, a transformação que se operou, tão rica de consequências para o desenvolvimento ulterior da economia urbana e do capitalismo comercial e financeiro no Brasil, foi fatal para a aristocracia agrária. Os seus agentes, que se inseriam nesse setor, mesmo que se convertessem em “homens de negócios” com títulos de nobreza (como sucedera com os “barões” do Vale do Paraíba no Rio de Janeiro), cumpriam o destino de dinamizar o excedente econômico da grande lavoura através de papéis econômicos que escapavam ao controle daquela aristocracia (FERNANDES, 1976, p.108).

<sup>14</sup> Foi nessa situação que alguns fazendeiros do Oeste paulista, mais envolvidos nas atividades e funções do capital comercial e financeiro, compreenderam o que estava em jogo (embora também nessa região a maioria preferisse resguardar o status senhorial). Esses fazendeiros eram, impropriamente falando, absentistas e logravam maior penetração na realidade econômica em virtude da participação de papéis especificamente capitalistas no setor urbano-comercial e financeiro. Tiveram a coragem de romper com o bloqueio estamental tanto ao nível do seu comportamento econômico como e enquanto agentes da produção agrícola, quanto em relação ao estilo de engolfamento nas oportunidades econômicas criadas pelo desenvolvimento urbano [...] Procuraram intensificar o trabalho escravo ou combiná-lo ao trabalho livre, tentando promover a substituição paulatina daquele o ápice desse processo foi atingido pela fundação de novos bancos (de cunho privado ou oficial), mas ele se desenrolara, de forma latente, desde o fim do século XIX, e tomara alento com as primeiras medidas de “defesa permanente do café”. Quando esta se concluíra como política econômica (de uma categoria social e do Governo), o processo estava consumado, alterando definitivamente a estrutura da situação de mercado, pois a partir daí o capital comercial e financeiro também podia ser livremente manipulado a partir de

empreendedor para enfrentar os novos desafios que as transformações de ordem econômica e política traziam consigo.

Assim, o “homem de negócios”, que esteve à frente da transformação da estrutura do Estado. Iria expandir para outros ramos, além da produção agrária e da criação, pois de certa forma ele concretizara a Revolução Burguesa no país, e a partir de então as novas relações econômicas, políticas e socioculturais seriam afetadas em larga escala por essa nova ordem implementada no país.

Apesar da transformação paradigmática na política e economia do país, os novos grupos hegemônicos conservariam as práticas do “antigo regime”. Assim como antes, se utilizava do trabalho escravo para alavancar os negócios agrários que interessavam aos grandes senhores de fazendas de café, os novos industriais utilizariam de forma análoga o trabalhador livre para produção de seus bens.

Assim, para Florestan Fernandes, ainda que os dinamismos da economia capitalista mundial impuseram, de fora para dentro, o seu próprio tempo histórico, com seus momentos cruciais, o que determinou a transição, para o capitalismo no caso brasileiro, não foi a “vontade revolucionária” da burguesia local nem os reflexos do desenvolvimento do mercado interno, mas o grau de avanço relativo e de potencialidades da economia capitalista no Brasil, que podia passar, de um momento para outro, por um amplo e profundo processo de absorção de práticas financeiras, de produção industrial e de consumo inerentes ao capitalismo monopolista.

Com a mudança de postura do antigo senhor da fazenda de café, então surge o *homem de negócios*, que iria atuar nos ramos que tradicionalmente pertencera ao capital estrangeiro, ou seja, na manufatura, nas estradas de ferro, bancos, serviços e comércio, dessa forma estariam sendo abertas novas possibilidades empreendedoras no meio urbano e o país entraria enfim, ainda que tardiamente, no sistema capitalista não apenas como um apêndice das grandes economias.

Outro agente importante para Florestan Fernandes (1976, p.128) foram os primeiros imigrantes que se dedicaram às atividades comerciais e financeiras, eles foram igualmente importantes na construção do novo modelo de economia que emergia no país, pois assim com

---

dentro, através de posições, interesses e decisões dos agentes econômicos internos. (FERNANDES, 1976, p.109).

o homem de negócios, esse imigrante trouxe consigo o espírito empreendedor que o faria primeiramente buscar a acumulação de capital.

Segundo Florestan Fernandes (1976, p.131) esses primeiros imigrantes buscavam alcançar a conversão de trabalho em riqueza, quer fosse pelo próprio esforço ou ainda pela solidariedade familiar, ou uma espécie de derivação patriarcal, na qual os membros de uma família trabalhavam incansavelmente para “fazer a América” e depois regressar para seus países, portanto essa foi a primeira forma de acumulação de capital para esses imigrantes que posteriormente investiriam em atividades eminentemente capitalista, fazendo com que a dinâmica econômica tomasse novo rumo no Brasil.

Foi nesse contexto de transformações que o Brasil passava a partir da instauração da República que uma nova leva de imigrantes aportaria no país, trazendo consigo a esperança de melhorar suas precárias condições de vida a que estavam submetidos na Europa. Mas ainda teriam de lutar para obter as garantias mínimas de reconhecimento social no país e essas lutas durariam pelo menos duas décadas.

## **CAPÍTULO II: CHEGADA EM MASSA DE IMIGRANTES A PARTIR DE 1900**

### **2.1 Contextos que favoreceram a entrada de imigrantes**

A situação de instabilidade política e econômica na Europa Ocidental e a política de imigração no Brasil, a partir de 1822, favoreceram a primeira grande leva de imigrantes no país. Sem contarmos os portugueses que eram a maioria absoluta, tem-se um intenso fluxo migratório, principalmente para a região sul do país, de alemães e italianos. Eles chegaram a fundar vilas que mais tarde se tornariam cidades importantes.

Além desse panorama internacional, há outro fator também externo que contribuirá para que a força motriz da produção econômica do país passe por transformações, tal fator é a pressão que a Inglaterra passou a exercer sobre o Brasil para que interrompesse o comércio de escravos que havia há mais de duzentos anos. Os motivos reais que levavam a Inglaterra a exercer essa pressão não são exatamente por razões humanitárias, como poderíamos pensar, a priori, mas sim para que o Brasil tivesse mercado consumidor para os produtos manufaturados ingleses, uma vez que na condição de escravos, os negros não poderiam ser consumidores daqueles produtos.

Ainda por volta dos anos de 1850 foram intensificados os esforços no Parlamento do Império para que o Brasil abolisse a escravidão, entretanto o imperador faria apenas concessões paliativas, utilizando o artifício de fazer pequenas concessões. Leis que não aboliam por completo, mas que representavam um tratamento menos cruel aos negros para cá trazidos ou nascidos cativos.

A proibição da venda de escravos entre províncias, associado à escassez de escravos africanos faria com que o preço dos mesmos subisse a tal ponto de tornar oneroso para os grandes barões do café. Em decorrência desse movimento, oferta, demanda, escassez, preço alto para se manter um escravo, os senhores das lavouras de café do Oeste Paulista, optariam por trazer imigrantes, principalmente italianos, com subsídios de cooperativa de produtores de café, para enfrentar a escassez e alto custo da mão de obra negra.

Esse foi por fim, o principal motivo pelo qual, optou-se por conjugar mão de obra escrava com a mão de obra livre dos imigrantes a partir dos anos de 1870. Esse processo daria vantagem competitiva aos produtores de café do Oeste Paulista, enquanto os barões do café do Rio de Janeiro, ainda relutantes pela opção teriam revezes e prejuízos financeiros e ainda teriam sua influência e hegemonia abalada na estrutura de poder político e econômico do Império em declínio.

## **2.2 Correntes e Teóricos anarquistas presentes no país**

Deve-se considerar que o processo de crescimento do Capitalismo Industrial se deu no início do século XIX e foi aos poucos amadurecendo a partir de uma conjuntura global. Esse processo consolidaria os Estados modernos europeus a partir de 1870 e seria o motor que impulsionaria todo um complexo sistema que culminaria na consolidação do modo de produção.

Portanto, notadamente pessoas que estavam alheias a esses processos ou ainda que eram em alguma medida afetadas, buscaram na migração transatlântica uma alternativa para fugir ao processo ou mesmo melhorar suas condições precárias de vida, a que estavam expostas no cenário capitalista moderno. Entretanto, a busca por um lugar melhor, não se daria simplesmente ou ocasionalmente pela imigração de centros em franco desenvolvimento industrial, pois de alguma forma, acabaram por afluir para países em que o processo de consolidação do capitalismo ainda estava em estágio anterior ao da Europa.

Dessa forma, enquanto os Estados Modernos estavam em fase de consolidação de expansão imperial, em que refletia o aumento da produção mundial e às novas tecnologias desenvolvidas, esse mesmo processo deu origem a um movimento de migração em massa. , Com o desenvolvimento de meios de transporte e comunicação esse processo se acentua e uma nova era marcadamente globalizante geopoliticamente surge, fruto das novas tecnologias.

Estima-se que entre 1870 e o início da Primeira Guerra Mundial a produção e o comércio mundial cresceu de forma contínua, enrobustecendo as maiores economias mundiais e como consequência da consolidação do Capitalismo ocorreram duas mudanças significativas, uma consequência da outra. A saber; a separação definitiva entre capital e trabalho e a precarização das condições de trabalho (CORRÊA, 2012, p.204).

Ainda de acordo com Corrêa (2012, p.205), numa releitura de Marx (1998) essas transformações ou consequências dessa fase do processo do Capitalismo se deram através do capitalismo industrial; inovações tecnológicas nos setores produtivos como siderurgia e química; nas fontes de energia, através dos derivados de petróleo, eletricidade para fins de energia motriz das indústrias; transportes e comunicações; aceleração das transações comerciais; urbanização e crescimento das cidades; alta concentração de capitais e a formação de oligopólios; disputas em territórios coloniais por matéria prima e mão de obra e a busca por novos mercados consumidores. Todos esses fatores combinados foram as causas e consequências imediatas e perceptíveis da fase mais avançada do capitalismo moderno.

Esse capitalismo, já em sua fase mais robusta, era sentido de forma mais intensa nos grandes países da Europa. Sua consequência centrada na precarização das relações de trabalho foi sumariamente decisiva para que houvesse um efeito migratório que teria muitos destinos, entre os quais o Brasil.

O autor brasileiro John W. Foster Dulles, em seu livro: “Anarquistas e Comunistas no Brasil” apresenta um panorama já há muito estudado na historiografia do final do século XIX e início do XX. Ele aponta que um dos principais motivos para a imigração que ocorreu neste período se deveu principalmente pela forte propaganda do governo brasileiro sobre “a terra da oportunidade”, muitos europeus afluíram desde os anos 1870 até o início da primeira Guerra Mundial.



Um número considerável de alemães, austríacos e poloneses, entretanto o maior contingente de imigrantes foi o de italianos, portugueses e espanhóis, os italianos principalmente do sul agrário onde a situação econômica era extremamente precária. Como resultado dessa diáspora entre os anos de 1884 e 1903 o Brasil recebeu mais de um milhão de italianos, o que somava um número superior ao conjunto de todos os outros imigrantes dos demais países. Essa situação perduraria até 1902, quando o governo italiano alegando maus tratos nas fazendas brasileiras proibiu novas imigrações (DULLES, 1977, p.17).

Os imigrantes que aqui chegaram nesse período eram empregados principalmente nas cidades por onde passavam os eixos de estrada de ferro, em fábricas de tecidos, neste caso inclusive mulheres e crianças e nas fazendas de café. Alguns chegaram a constituir negócios particulares de caráter empreendedor.

Em 1900 cerca de 90% (noventa por cento) da força de trabalho industrial de São Paulo era composta por estrangeiros. Em 1912, quando foram instalados os primeiros geradores elétricos, houve um impulso a indústria paulista, das 31 fábricas têxteis que empregavam em torno de 10 mil funcionários, cerca de 8.300 eram estrangeiros e em torno de 6000 eram italianos (DULLES, 1977, p.19).

Segundo Dulles (1977, p.19), muitos desses trabalhadores já tinham conhecimento das ideias socialistas e anarquistas, inclusive muitos imigrantes foram exilados de seus países de origem por integrarem movimentos contestatórios da ordem capitalista estabelecida. Portanto, no pátio da nascente indústria paulista havia um solo fértil para que a propaganda libertária tivesse eco nas palavras de companheiros de trabalho, na publicação de periódicos e na associação coletivista de ordem sindical.

Tal como no sul da Europa, o anarquismo no Brasil tornou-se mais forte do que o socialismo, visto que os primeiros sonhavam com a “felicidade e a paz” das sociedades primitivas. Essa era a forma de expressão que era sintetizada em máxima autonomia individual, por conseguinte combatiam os governos, a Igreja, os partidos políticos e o conceito de propriedade privada.

Essas ideias e o tipo de anarquismo que prevaleceu no Brasil têm respaldo e influência direta de alguns expoentes do anarcossindicalismo como Piotr Kropotkin, mas principalmente de Mikhail Bakunin. Como já dissemos, Bakunin foi um ferrenho opositor de

Karl Marx e da ideia de Comunismo, por considerar que a forma como o Comunismo fora concebida teria como consequência a “negação da liberdade”.

Nos anos de 1870, de acordo com Dulles (1977, p.19) alguns atentados a bomba atribuídos aos anarquistas foram motivos de prisões e deportações. Entre os deportados estava Errico Malatesta, uma figura importante no contexto do anarquismo no Brasil e que integrou e deu consistência teórica as ideias anarquistas, juntamente com outros intelectuais da época como Oreste Ristori, fundador do semanário *La Battaglia*. Ristori fez duras críticas sobre as situações de trabalho a que eram submetidos os trabalhadores tanto do campo quanto da indústria, devido às condições precárias, consequentes da carga horária de trabalho excessiva chegando até mesmo a 14 horas por dia.

Além dos italianos, espanhóis também influenciaram na propagação dos ideários anarquistas. Everardo Dias e Florentino de Carvalho, mais tarde seriam expulsos do Brasil por serem considerados “perigosos anarquistas”. Além de italianos e espanhóis havia também anarquistas portugueses que contribuíram para a propaganda e a disseminação do anarquismo entre os trabalhadores brasileiros do eixo Rio-São Paulo e algumas cidades satélites do pensamento libertário.

Um desses portugueses foi Neno Vasco, que ao chegar ao Brasil em 1901, juntou-se aos anarquistas italianos e passou a escrever no periódico *O Amigo do Povo*, além de outros como *A Terra Livre e Aurora*. Portanto o anarquismo no início do século XX contava com um contingente expressivo de escritores que promoviam a causa nas principais cidades brasileiras, onde as relações advindas do Capitalismo como: Patronato e Operariado estavam em evidência e em constante tensão de disputa, as regulamentações trabalhistas ainda estavam em fase de reivindicações, não havia garantias pelo Estado e nem reconhecimento pelo patronato das demandas que o operariado pleiteava em suas agremiações.

De acordo com Corrêa (2012, p.201), embora existam várias interpretações sobre as correntes que aqui chegaram, esquematicamente, podemos subdividir os grupos anarquistas em dois grandes grupos, o primeiro seria: Anarquismo organizacionista e o segundo: Anarquismo anti organizacionista, de caráter mais individualista em suas variações. Entretanto o de tipo organizacionista estaria subdividido em outras duas subcorrentes: Os Anarcossindicalistas e os Sindicalistas revolucionários.

Tentar compreender e atribuir significações peculiares a cada corrente desde os clássicos mutualistas Proudhonianos e anarco-comunistas Kropotkinianos seria uma longa e extenuante tarefa que não cabe aqui, para o que ora se propõe. Entretanto, Rodrigues Júnior contribui para um entendimento que ficou sedimentado ao longo do tempo e permanece até os dias atuais, segundo o qual:

Obra marcante produzida pela corrente brasilianista *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*, de Sheldon Leslie Maram. Na introdução desta obra, Maram afirma que o anarcossindicalismo foi a doutrina política dominante no movimento operário brasileiro da primeira república (RODRIGUES JÚNIOR, 2007, p.5).

De acordo com Gramsci (apud SILVA, 1977, p.6), o sindicato é na verdade uma simples forma da sociedade Capitalista, seu propósito não é a superação ou *ruptura*, pois organiza os operários não enquanto produtores, mas enquanto assalariados. Ou seja, apenas como vendedores de mercadoria-trabalho. Dito de outra forma, apesar da filosofia política anarquista estar centrada em pressupostos de superação e ruptura do sistema capitalista, ao fazer uso do sindicato como um meio para alcançar os fins, torna-se ineficiente.

De certa forma, Gramsci tem razão ao alegar tal propositura. Isso porque, os operários congregados em sindicatos teriam como objetivos gerais e específicos demandas inerentes às suas condições de trabalho, como salários, carga horária, benefícios e principalmente a suposta tutela de empregabilidade, segundo a qual teria emprego garantido, caso fizesse parte de um sindicato.

Portanto, os sindicatos não representariam uma força coletiva contra o sistema capitalista. Mas, representaria de fato um apêndice necessário, como provedor oficial de mão de obra qualificada e disposta a vender sua força-trabalho por um preço estabelecido em convenção coletiva e que estaria irremediavelmente ligado à força produtiva e com propensões a manter-se na atual situação em vez de buscar romper o estado de coisas, ainda segundo Silva:

A luta nos sindicatos é, portanto, um aspecto do movimento operário. Esse aspecto não deveria porém atuar de modo isolado. Necessariamente essa prática deveria ligar-se a outros planos de ação; fundamentalmente, deveria evoluir para organização de classe operária em torno de objetivos que ultrapassem o sistema capitalista (SILVA, 1977, p.8).

Nesse contexto histórico não há como negar a participação de militantes socialistas que se identificavam com as ideias marxistas. Eles também tinham seus meios de propagação de suas ideias, entre tantos periódicos que se propugnavam a tal tarefa, Dulles (1977, p.25)

destaca o jornal *Avanti*, o qual duelava pela proeminência na liderança do operariado e pela hegemonia intelectual contra o Estado, uma de suas mais célebres expressões denunciava a “tirania” exercida pelos anarquistas nos sindicatos.

Essas alegações não ficavam sem resposta. Os interlocutores dos periódicos anarquistas repudiavam tais argumentos e replicavam-nos aos socialistas, apesar das inúmeras querelas surgidas em função da busca pela hegemonia intelectual e pela tomada de liderança e organização do operariado, em alguns raros momentos as imprensas socialistas e anarquistas caminharam juntas, a exemplo da solidariedade prestada aos mártires da Revolução Russa de 1905.

Os propósitos dos socialistas eram idênticos aos dos anarquistas, entretanto as divergências ideológicas sempre os colocavam em lados opostos quanto à direção que deveriam seguir. Entretanto, no início do século XX, em decorrência das muitas manifestações que ocorriam na Europa e Estados Unidos e em razão da data de primeiro de maio, havia uma crescente concordância entre eles de que o operariado deveria fazer uso de greves, inclusive uma Greve Geral que paralisasse todo o sistema produtivo capitalista.

As ondas de greve que surgiram no início do século desde 1902 até 1908, tiveram um impacto relativamente forte. Contudo, o patronato acionando o Estado, utilizou a repressão policial para prender e desorganizar as classes trabalhadoras. Os embates eram constantes e uniam trabalhadores cada vez mais insatisfeitos com as condições a que eram submetidos, baixos salários e longas horas de trabalho por dia.

No cenário de recessão econômica pelo qual o Brasil passava em 1903, pode-se destacar duas greves que foram marcantes neste ano: a dos cocheiros e uma greve de vinte dias de operários da indústria têxtil. Ambas foram reprimidas pela força policial. Pode-se assim notar que todas as tentativas de reivindicações por melhorias laborais, além de não contar com a anuência do patronato, enfrentava a força do Estado que intervinha, através da força coercitiva da polícia para que tais movimentos não lograssem êxito. Assim, evidencia-se que o Estado não se dispunha a regular os litígios de ordem trabalhista, mas trabalhava a favor do patronato.

### 2.3 Meios empregados para disseminar a propaganda e o engajamento anarquista:

Na década de 1960, Edgar Rodrigues, importante militante anarquista português, contribuiu para o resgate da história da imprensa social no Brasil. De acordo com ele, desde 1845 havia o jornal *O Socialista da Província* de cunho libertário no país, com tiragens a cada três dias. O jornal tinha como idealizador o Dr. Mure, médico homeopata e fundador da colônia do Saí em Santa Catarina em 1841, discípulo de Fourier (RODRIGUES, 1996, p.2).

A partir de 1846, em Pernambuco, o engenheiro francês Vauthier, também discípulo de Fourier passa a publicar *O Progresso* até o ano de 1848. Até 1860, as publicações com tendências libertárias estavam concentradas em Pernambuco e Rio de Janeiro, com ênfase na segunda província, então capital do império.

Em 1860 é lançado em Belém do Pará *A Voz do Povo*, em 1869 em São Paulo *O Operário*. Foram inúmeros os jornais e revistas que foram publicados até a proclamação da república, todos tinham como característica principal a crítica ao governo e à Igreja Católica. Mesmo após a proclamação da república, os periódicos não cessaram seus afiados ataques à ordem constituída.

No final do século XIX e no início do século XX, houve um momento de liberdade ímpar na história da nascente república. Nesse momento pulularam em todo o país as iniciativas de jornais, revistas e associações libertárias que tinham em comum o que ficou conhecida como “A questão Social”. Tratavam-se de apelos pela melhoria da vida de milhões de pessoas que entravam na ordem do dia e esses periódicos e associações contavam com a influência de grandes anarquistas europeus. Livros de temas anarquistas eram amplamente comercializados, especialmente no Rio de Janeiro. A imprensa libertária colaborava enormemente para a disseminação dos ideais libertários (RODRIGUES, 1996, 2).

Em 1900 com a chegada de anarquistas portugueses, outros periódicos ganham destaque, além dos que já haviam sido publicados, parados e retomados. Um desses portugueses foi Neno Vasco, a ele somaram forças muitos anarquistas brasileiros e simpatizantes. Esses militantes encontraram eco em suas palavras no surgente proletariado brasileiro que de acordo com Edgar Rodrigues:

O proletariado percebeu que não bastava o crescimento do Brasil, a industrialização, o progresso, a implantação da modernidade. O homem não é um conjunto de fichas catalogadas de quem se regula o futuro dos movimentos e ações. A massa, da qual tanto se fala ainda é a força balofa e amorfa, tão do agrado dos líderes políticos. O ser humano, mais cedo ou mais tarde, tem de lutar contra a sua alienação e exploração, sob pena de se negar e se deixar destruir por sistemas que ele mesmo inventou, alimentou e aperfeiçoou em seu próprio prejuízo[...]Todos os regimes conhecidos não fizeram outra coisa senão cultivar os germes das guerras, alimentar elites,

hierarquias, ambições, ganância, o ódio, a vingança, a violência e o crime! Por processos diferentes, os governos vivem dos motivos que transformaram o Homem no maior inimigo do Homem (RODRIGUES, 1996, p.6).

A influência dos estrangeiros sobre a imprensa e os operários incomodou o governo, que em 1907 promulgou uma lei para expulsar “agitadores estrangeiros”. Essa lei ficou conhecida como lei Adolfo Gordo (RODRIGUES, 1996). Apesar das tentativas do governo, as publicações não cessaram.

De acordo com Rogério Nascimento em seu artigo “Imprensa anarquista no Brasil (1907-1915): indisciplina, experimentos libertários e emergência de saberes”, mesmo com a perseguição que foi promovida contra os periódicos de caráter libertário, eles continuaram. Alguns de forma ininterrupta, outros com menor duração e entre os periódicos pesquisados pelo autor, encontram-se o Floreal, A Voz do Trabalhador e o Germinal.

Nesses periódicos eram amplamente discutidas as questões sociais mais urgentes do país, como os baixos salários, condições precárias de trabalho, alta dos preços, crítica ao clero, Estado e Patronato. Em todos esses periódicos havia a necessidade constante de manter o operariado sempre disposto a encampar os movimentos de repúdio, os quais a maioria culminaria em greves.

Arruinar com a hierarquia, a proveniência sagrada do princípio de autoridade, constitui objetivo principal para o qual todas as realizações anarquistas, portanto inclusive a publicação de periódicos, convergiam. Com diferentes orientações conceituais, o caráter político destes impressos é inegável. Individualistas, anarcossindicalistas, anarco-comunistas ou simplesmente ‘anarquistas’, tais publicações manifestavam intencionalidades subversivas, embatendo o ambiente disciplinar, disciplinador e autoritário no qual se encontravam (NASCIMENTO, s/d, p.4).

Há uma constatação evidente entre os periódicos da imprensa livre e o início dos movimentos sociais no país, em especial o sindicalismo, ou mais propriamente no anarcossindicalismo, o qual teria posição de destaque na liderança da nascente classe operária do país, desde a instauração da República. Tanto os periódicos quanto os movimentos operários estariam interligados e reverberando-se com vistas às aspirações que fossem de ordem trabalhista ou mesmo com intuito revolucionário como intentaram alguns anos mais tarde.

## CAPÍTULO III: LEGADO DO ANARQUISMO NO BRASIL

### 3.1 Como e de que forma os anarquistas deixaram seu legado

#### 3.1.1 Anarquismo e Sindicalismo no Brasil – As greves entre 1917 e 1919

No início do século XX, impulsionado pela propaganda anarquista, o movimento operário ganha força. O que antes se limitava a irmandades, passou a ter um caráter coletivista, com expressões e significados que começaram a incomodar as elites brasileiras. Essa percepção ficou ainda mais evidente com as pequenas greves que foram realizadas em alguns lugares no eixo da nascente indústria brasileira.

Em seu surgimento, o movimento operário era disforme, sem essência e sem contornos claramente definidos, pois estavam juntos, anarquistas, anarcossindicalistas, socialistas e liberais descontentes com a carga horária excessiva e os baixos salários. Nesse contexto figuras importantes do movimento anarquista propunham o que mais tarde seriam deflagradas como as greves gerais que paralisariam Rio de Janeiro, Santos e São Paulo. O movimento anarcossindicalista brasileiro foi grandemente influenciado pela participação ativa dos trabalhadores imigrantes nas cidades de Santos, São Paulo e Rio de Janeiro.

As greves no ano de 1907 foram o primeiro passo rumo à redução da jornada de trabalho e algumas categorias conseguiram tal conquista, graças à organização em associações e sindicatos. Todavia, os líderes do movimento anarcossindicalista discordavam dos meios para obtenção dessas e de outras conquistas, somam-se a esses embates a crescente repressão policial como afirma Maria Aparecida Macedo Pascal:

A federação operária reunia as várias categorias que discutiam as oito horas de trabalho, os baixos salários e o enfrentamento dos patrões. A repressão policial foi extremamente violenta com esta associação, que teve sua sede invadida, seus livros confiscados e seu secretário Giulio Sorelli preso. Na época percebiam-se três tendências entre os anarquistas: a que era contrária a qualquer tipo de sindicato, liderada por Oresti Ristori; a que apoiava a existência de sindicato como possibilidade de propaganda das ideias libertárias, liderada por Malatesta, tendência esta representada pelo jornal “Terra Livre”; e, finalmente, a que fazia críticas à ideia de greve no anarquismo e tentava obter realizações concretas, chamada de “sindicalismo revolucionário”. A polícia considerava os estrangeiros como perturbadores da ordem pública e semeadores da discórdia entre os trabalhadores nacionais. Nas greves de 1917 e 1919 a participação dos sindicalistas e a organização dos trabalhadores foram crescentes. Havia manifestações em São Paulo e no Rio de Janeiro contra o trabalho infantil e a carestia. Vários jornais libertários apoiavam a greve, entre os quais “A Plebe”, periódico

comandado por Edgard Leuenroth, e “A Guerra”, de Gigi Damiani (PASCAL, 2009, p.7).

O movimento sindicalista no Brasil apesar de muitas disputas internas e diretamente com o patronato e o Estado, teve momentos de flutuações em torno de ganhos e perdas. Essas flutuações se vinculavam a múltiplos contextos, cenário internacional de recessão e guerra e internamente com as dissensões internas e os confrontos frequentes com a força repressora do Estado.

O ápice desse movimento se deu entre 1917 e 1919. Esse seria o auge da luta do operariado e ao mesmo tempo seu declínio. A partir desse momento histórico, acontecimentos distintos, forças de tensão na conjuntura do Estado e o contexto histórico internacional combinariam e concorreriam para que o anarcossindicalismo perdesse força e a hegemonia à frente das grandes lutas do operariado.

Sem perder de vista a importância dos demais episódios de embate contra o patronato e o Estado, torna-se importante analisar as greves de 1917 e 1919, para se compreender como o anarcossindicalismo ainda teve a consistência de organizador e catalizador das aspirações e reivindicações pela efetivação das melhorias de condições de trabalho.

Por este motivo, infere-se que as greves desses anos foram, de certa forma, as relevantes contribuições do movimento anarquista no Brasil, em especial da corrente anarcossindicalista. Apesar de inúmeras fontes históricas esse protagonismo foi praticamente obliterado da História do país, assim como toda a sua trajetória até o momento em questão.

Para análise desse período histórico, sem prejuízo de outras fontes de consulta, utilizar-se-á como base Dulles (1977), Fausto (1976) e Gomes (2005), pois trazem relatos similares, quando não idênticos. Pela referência cruzada, pode-se inferir que utilizaram as mesmas fontes, inclusive Dulles é citado como fonte recorrente dos dois últimos.

As manifestações operárias em 1917 começaram a acirrar as tensões em várias importantes cidades, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. A partir de maio, por conta dos muitos comícios realizados, principalmente pela carestia generalizada dos preços dos bens de consumo, trabalhadores e polícia entram em confronto. Até então, não havia registros de conflitos entre trabalhadores e a polícia, mas a ameaça de demissão em massa na fábrica de tecidos Corcovado no Rio de Janeiro modificou a situação.



A Federação Operária do Rio nomeou uma delegação de três representantes do movimento para ser recebida em audiência pelo presidente Venceslau Brás. Segundo consta nos registros, o presidente sempre estaria pronto a receber do “mais humilde ao mais poderoso”, mas não poderia receber uma delegação em que fizesse parte um “agitador dominado por influências anarquistas”, referindo-se a figura de João Gonçalves da Silva.

A atitude do presidente repercutiu no Congresso. A delegação apesar de encontrar no deputado Maurício de Lacerda simpatia se viu praticamente isolada quando o também deputado Antonio Carlos de Andrada opôs-se ferrenhamente e tratou de atacar os anarquistas e desqualificá-los enquanto sujeitos de representação política. Segundo Andrada os representantes da delegação seriam apenas agitadores, muitos exilados de seus países de origem e nocivos à ordem pública.

Visto dessa maneira, não parece ter havido qualquer tipo de empatia das autoridades, do executivo ou legislativo aos defensores da questão social. Salvo exceções quando a situação de graves problemas sociais em vista das precárias condições de trabalho e em relação aos altos preços dos bens de consumo colocavam as demandas sociais na ordem do dia. Concomitantemente às mobilizações do Rio de Janeiro, em 10 de junho de 1917 os tecelões do Cotonifício Crespi, no bairro da Mooca, em São Paulo pediram aumento salarial de 25% (vinte e cinco por cento). Com a negativa imediata a reivindicação, os operários deram início à que seria a mais famosa greve de São Paulo. Ainda no mês de junho, seguiram-se paralisações de outros trabalhadores da Mooca, Brás e Cambuci.

No dia 09 de julho de 1917, confrontos entre a polícia e grevistas trariam consequências não previstas. Na fábrica de cerveja Antártica no bairro da Mooca o movimento de manifestação se intensificou e o contingente policial foi recebido a pedradas. Para revidar os ataques recebidos o destacamento de cavalaria e soldados foi aumentado e o número de feridos de ambos os lados aumentou. A polícia para manter a “ordem” e obter o “controle” da situação teve de atirar para o alto para dispersar os manifestantes, entretanto um deles foi atingido no estômago.

No dia 10 de julho foi anunciado o falecimento de Antônio Iniguez Martinez. Os líderes trabalhistas convocaram o operariado para o cortejo e o enterro para o dia 11. De acordo com Dulles (1977), Edgar Leuenroth (importante jornalista e militante anarquista da época) descreveu como uma “das mais impressionantes demonstrações populares até então verificadas em São Paulo”.

O cortejo seguiu pelo centro da cidade e nas imediações da Praça da Sé, alguns manifestantes obrigaram o fechamento de lojas e, promoveram tumultos diversos. Mas, o maior número de manifestantes se concentrou na praça, onde foram proferidas palavras de ordem e discursos em favor da reabertura da Liga Operária da Mooca, fechada pela polícia em razão dos protestos ali iniciados.

Os dias que seguiram ao enterro do operário também foram de muitos confrontos entre manifestantes e a polícia. Como resultado ocorreu a morte de uma criança de 12 anos por uma bala perdida e de um dos líderes de manifestantes que tentara impedir a circulação de bondes da Companhia Light & Power.

Após os dias de maiores conflitos<sup>15</sup> foram organizados comitês que negociaram com industriais os termos gerais para que as greves e manifestações cessassem. Com a mediação do jornal “O Estado de São Paulo”, o Comitê de Defesa Proletária enviou seis delegados, entre eles Edgard Leuenroth, Gigi Damiani, Teodoro Municeli e mais três do lado dos industriais figuraram Rodolfo Crespi, Ermelino Matarazzo, Jorge Street e outros. Os industriais concordaram em aumentar em 20% (vinte por cento) o salário dos trabalhadores e se comprometeram em não demitir os grevistas e melhorar as condições de trabalho.

O comitê deliberou e aceitou a proposta dos industriais, conquanto que o poder público, no caso o governo, se comprometesse também em assegurar que o acordo fosse cumprido. Em seguida os líderes do comitê operário fizeram um discurso principal conclamando o operariado a voltar ao trabalho, mas que ficasse preparado para eventuais chamadas de mobilização, caso o acordo não fosse cumprido em prazo hábil. O comício principal aconteceu na Praça da Concórdia e foram seguidos de outros dois nos cinemas da Lapa e do Ipiranga.

Enquanto isso no Rio de Janeiro, no dia 18 de julho, o marceneiro Flávio dos Santos, abandonou o serviço em solidariedade aos grevistas de São Paulo. A adesão na fábrica na qual trabalhava foi frustrante, pois apenas três companheiros se associaram à causa, entretanto em outra fábrica, cerca de cento e cinquenta operários aderiram ao movimento (DULLES, 1977, p.57).

---

<sup>15</sup> Em 1917, em meio à greve que durou vários dias, a repressão foi mais intensa, tanto patrões quanto o Estado não queriam ceder às pressões das ruas, cerca de 200 militantes anarquistas morreram em prisões, muitos estrangeiros foram deportados, entretanto o movimento não recuou, apenas tomou fôlego para então reaparecer em 1919 (PASCAL, 2009, p.7).

A greve que parecia não ter maiores consequências teve adesão em outras cinco fábricas. Na manhã do dia 23 de julho, calcula-se que 50 mil operários estavam em greve, e as adesões continuaram por todo esse dia e no dia 24 milhares marcharam em direção ao Largo de São Francisco, porém como os grevistas eram distintos em seus perfis de atuação, perceberam-se desde simples empunhadores de bandeiras a saqueadores e mesmo alguns que atacavam frontalmente os policiais. A polícia respondia com truculência aos atos dos manifestantes.

A força policial também tentou impedir grandes aglomerações para os comícios. Contudo, só conseguiram fragmentar o movimento que se dispersava de acordo com seus interesses particulares e que melhor lhes agradasse aos seus propósitos, desde os reformistas aos mais ferrenhos contestadores da ordem.

Em retaliação o governo convocou o exército para guarnecer portos e companhias de bondes, e ainda decretou o fechamento da Federação Operária do Rio e o Centro Cosmopolita. Imputava-lhe a acusação de que teriam recebido a polícia a tiros e pedradas, e ainda os líderes grevistas seriam punidos pela incitação aos movimentos deflagrados. Os estrangeiros foram deportados do país através de um navio que os deixou em Barbados.

Os movimentos promovidos pelos grevistas tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, tiveram desfechos semelhantes. Conquistaram acordos de aumento de salário, redução da jornada de trabalho para alguns setores e o compromisso de que os grevistas não seriam demitidos.

Apesar dos movimentos de operários terem conseguido algumas conquistas com as manifestações de maio a julho, eventos de ordem internacional importavam outros contextos. Um deles foi o ingresso do Brasil na Primeira Guerra Mundial em outubro de 1917 que foi seguido de clamores de patriotismo pelo Estado e muitos operários que ainda lutavam por suas melhorias individuais e coletivas, viram-se obrigados a aderir a outro tipo de luta, não por sua “classe”, mas pelo Estado que lhe impunha o sentimento de nacionalismo e patriotismo (DULLES, 1977, p.61).

Outro fator que fez com que os movimentos operários tivessem uma nova “ideologia” foram as notícias sobre a “Revolução Russa”, que fora tratada pela grande imprensa brasileira de forma distorcida, segundo Astrojildo Pereira, até então anarquista e mais tarde seria um dos signatários da fundação do PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Astrojildo percebendo a manobra da imprensa fez duras críticas a essas corporações e fê-lo um pseudônimo para propagar o sucesso e promover a apologia a Lênin e seus camaradas. Assim, mesmo os anarquistas receberam como um grande triunfo a revolução que se dera naquele ano, isso seria um motivo inspirador para novas direções dos movimentos operários no país e também motivos para dissensões internas que se tornariam irreconciliáveis do ponto de vista ideológico e pragmático.

O ano de 1918 seguiu sem muitas agitações grevistas, devido principalmente ao estado de sítio que fora decretado em razão da Primeira Guerra Mundial. Mas, com o fim da Guerra, em novembro começou uma nova onda de greves que culminariam em 1919. O Estado brasileiro utilizou a “Revolução Russa” como argumento para angariar simpatia de pessoas que não tinham envolvimento direto nas manifestações, fazendo analogias de que o real intento dos anarquistas era conseguir alcançar o mesmo êxito que fora alcançado na Rússia, através de insurreições violentas, inclusive com uso de bombas para destruir e destituir o estado de ordem a que se propugnava o governo (DULLES, 1976, p.66).

Alguns autores como Dulles (1977) e Fausto (1976), através de fontes documentais e de outras pesquisas, chamam o movimento realizado pelos líderes anarquistas, entre eles José Oiticica, Astrojildo Pereira, João Pimenta, como “movimento insurrecionista anarquista” desarticulado em novembro de 1918. De toda forma, esse movimento, apesar de “nenhuma viabilidade de êxito”, segundo Fausto (1976, p.213), bem como as greves dos fins de 1918, seriam “borradas” da memória social. Somente alguns operários do setor têxtil foram espontaneamente às ruas para reivindicar melhorias que, segundo os mesmos não tinham sido atendidas nos acordos de 1917.

Ainda no mesmo mês uma série de explosões, atentados e confrontos que resultaram em mortes, foram o estopim para as autoridades fecharem e dissolverem a União Geral dos Trabalhadores com sede no Rio de Janeiro. A esse fato seguiram-se inúmeras prisões, principalmente motivadas por notícias sensacionalistas que havia planos de anarquistas que pretendiam derrubar o governo.

As greves de fins de 1918 foram desarticuladas pelas autoridades que passaram a tomar medidas mais enérgicas contra os líderes trabalhistas. Muitos foram presos, deportados para seus estados de origem e alguns permaneceram presos por longo período. O patronato, também, não aceitava recontratar os operários considerados perigosos. Portanto, o ano de

1918, apesar de muito profícuo no sentido de organização de resistência contra o Estado, não teve avanços em questões de pauta das constantes reivindicações trabalhistas.

No início de 1919, após findar o estado de sítio, o entusiasmo com a Revolução Russa fez um número considerável de anarquistas, socialistas e comunistas se unirem em torno de uma causa única e, em 09 de março daquele ano, fundaram o Partido Comunista do Rio de Janeiro. O novo partido se auto declarou organizador das manifestações de 1º de maio.

Com a grande participação de representantes de várias correntes distintas no Partido, que promoveram comícios com discursos entusiasmados com a Revolução Russa, a emancipação da Hungria e da Alemanha, as manifestações de 1º de maio de 1919 foram reconhecidas como as maiores da história do operariado. Não sem motivo alguns trabalhadores da construção civil, envolvidos no movimento, conseguiram a redução da jornada de trabalho para oito horas.

Os primeiros dias de maio foram seguidos de muitos protestos, greves, tumultos, perseguições e prisões de diversos líderes sindicalistas. A situação começou a ser vista de uma forma mais ampla, não somente como casos isolados de greves, e alguns jornalistas e articulistas promoviam discursos alegando que as revoltas e greves eram o efeito espontâneo pela situação de recessão econômica e de altos preços e não propriamente em razão de agitações de militantes sindicalistas (DULLES, 1977, p.75).

O patronato percebeu que começaria a perder o controle da situação e que o movimento de maio de 1919 já era àquela altura maior do que fora em 1917. Para se proteger pressionou a bancada paulista no Congresso para implementar a legislação operária da Conferência da Paz de Paris, a qual estabelecia 48 horas de trabalhos semanais; abolição do trabalho infantil e do noturno para mulheres (DULLES, 1977, p.74).

Enquanto isso no Rio de Janeiro, no dia 06 de maio grupos de operários entregaram reivindicações ao presidente em exercício nas quais solicitavam o estabelecimento das oito horas de trabalho para todos os estabelecimentos industriais do país. O presidente solicitou ao Congresso que analisasse as propostas; para tal propósito foi criada uma comissão de oito deputados, da qual fazia parte Maurício de Lacerda. Ele sugeriu que as associações de operários fossem ouvidas para apreciação de um projeto, por esse motivo o deputado foi acusado de socialista.

Nesse ínterim, várias greves ocorriam paralelamente e algumas tinham desfechos favoráveis aos pleitos dos grevistas, como a redução da jornada de trabalho para oito horas e o aumento salarial. Entretanto diferentemente de 1917, não ocorreram tantos incidentes violentos, embora a vigilância da polícia fosse mais constante e proativa no sentido de desarticular e prender os líderes das várias correntes de operários.

O ano de 1919 foi especialmente bom para os movimentos operários, pois as greves e manifestações ocorreram em outros estados da federação, como na Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Muito dessa disseminação se deve à Primeira Conferência Comunista realizada no Rio de Janeiro de 21 a 23 de junho, na qual vinte e dois delegados de vários estados do país se reuniram para debater propostas para o que seria um programa de implementação do comunismo no Brasil, ou seja, estava sendo redigida uma Carta Magna com princípios semelhantes ao que houve na Rússia em 1917 (DULLES, 1977, p.78).

A Primeira Conferência Comunista seguia, aparentemente, tranquila; inclusive Oiticica, um dos líderes da conferência, em entrevista ressaltou que a polícia não os constrangia, entretanto essa primeira impressão mudaria, após a chegada da Polícia ao Centro Cosmopolita, no Rio de Janeiro, para interromper uma sessão que estaria prestes a ser realizada naquele dia. Como estratégia os organizadores decidiram reunir-se em Niterói, sessão na qual seria redigida a declaração de princípios que seria em breve publicada.

Segundo Dulles (1977, p.80), os momentos que seguiram à Primeira Conferência Comunista foram marcados por apologias e críticas no Congresso Nacional, apesar das costumeiras críticas externas, as perseguições da polícia, do patronato e do Estado, os anarquistas envolvidos na tarefa de implementar os programas do partido comunista não chegaram a consensos, apesar do esforço realizado na Primeira Conferência.

Os principais norteadores do programa Comunista eram, segundo Dulles (1977, p.80), a abolição do Estado, de todas as leis e instituições políticas, bem como seriam removidos todos os fatores sociais, religiosos ou morais, embora também tivesse um cunho moral como meta de combate à prostituição, alcoolismo e a todos os vícios que “degeneram e embrutecem o povo”, além desses aspectos também havia outros pilares das resoluções, como:

O fim econômico visava à abolição da “propriedade rural, urbana e industrial, salvo as pequenas propriedades, que serão utilizadas pelos atuais proprietários se assim julgarem conveniente”. As terras, fábricas, oficinas,

tosos os meios de transporte e todos os bens de consumo seriam socializados. “A coletividade garantirá a todos os indivíduos, de qualquer sexo ou idade: a manutenção, vestuário, alojamento, assistência, instrução, bem como os instrumentos de trabalho todos os que estejam em condições de trabalhar.” A não ser por motivos de insuficiência de idade, invalidez, enfermidade ou velhice, a lei seria: “Quem não trabalha não come.” (DULLES, 1973, p.80).

Segundo Fausto (1976, p.174), a criação do Partido Comunista, não se prestou a outro fim a não ser o de fazer apologia à Revolução Russa. Embora a direção e os pressupostos anarquistas ainda permanecessem inalterados, em contraste com os grupos socialistas que criaram no mesmo período vários partidos, mas não conseguiram penetração mais aguda no movimento operário, como a que os anarquistas já estavam consolidados.

Os acontecimentos de 1919 devem ser compreendidos como um marco histórico, pois como já foi assinalado anteriormente, esse parece ser o ano do apogeu do movimento anarquista, ou da influência do anarcossindicalismo junto aos movimentos operários das principais cidades do Brasil.

Como se deve chegar a essa constatação? Pela primeira vez, tanto o patronato quanto os legisladores e até mesmo os presidentes começaram a amadurecer a ideia de que a “questão social” não deveria ser tratada como caso de polícia e sim através da regulamentação estatal e política para evitar que as “desordens” continuassem a acontecer e que um número cada vez maior de operários fizesse parte de organizações subversivas ao Estado.

Segundo Fausto (1976, p.224) durante os anos de maior acirramento de lutas, é nesse período que várias propostas de leis começam a ser estudadas no Congresso Nacional, cabe aqui ressaltar que algumas medidas já haviam sido adotadas para melhorar as condições de trabalho do operariado pelo patronato, cujas mesmas resultaram das lutas dos operários e foram regulamentadas através de decretos no estado de São Paulo, a exemplo de disposições sobre condições de higiene nas fábricas, proibição do trabalho dos menores de dez anos e o serviço noturno de menores de dezoito anos.

Ainda de acordo com Fausto (1976, p.225) no período de 1917 a 1920, os projetos de leis trabalhistas, defesa do direito de greve e denúncias de leis repressivas e de violação das liberdades públicas, estão diretamente vinculados às figuras dos deputados Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento, que apesar de não se identificarem com os anarquistas ou anarcossindicalistas utilizaram bastante a tribuna e os espaços em periódicos para tratarem a

questão dos operários como uma questão eminentemente política e que deveria ser regulamentada pelo Estado, apesar disso os dois tenham se distanciado ao longo do tempo por suas posições ideológicas.

De acordo com Fausto (1976, p.227), Lacerda seria, em certa medida, o porta-voz do operariado e seus esforços, na tentativa de apresentar um projeto de Código do Trabalho, antecipariam em pelo menos uma década as reformas e consolidações promulgadas por Vargas na década de 1930, pois:

Em resumo, suas propostas se referiam às condições de trabalho, ao salário, e a forma de dirimir controvérsias entre operários e patrões. A jornada de normal trabalho era fixada em oito horas, com algumas exceções específicas e com um dispositivo geral referente aos casos de força maior e aos serviços que não pudessem ser interrompidos por motivo técnico, ou não admitissem a substituição de quem os tivesse iniciado. Reduzia-se para seis horas o horário de trabalho da mulher, vedada a atividade noturna. A parturiente teria direito a período de licença, antes e depois do parto, sendo obrigatório o estabelecimento de creches nas fábricas onde trabalhassem mais de dez mulheres. Quanto aos menores, Lacerda propunha a proibição do trabalho até os 14 anos, o limite de seis horas para a jornada dos operários entre 14 e 18 anos e afixação de um salário mínimo do adulto, a ser também estabelecido (FAUSTO, 1976, p.227).

Portanto, o que antes começara como reivindicações do operariado, reprimidas pela força policial, pelo acionamento do patronato ao Estado, com as intensas mobilizações que aos poucos foram amadurecendo e se corporificando em uma luta de um operariado cada vez mais ciente de sua força. Entretanto esse perfil de operário cederia lugar ao tipo reformista que optaria pela “adesão” ao sindicato oficial para usufruir dos direitos que seriam consolidados e promulgados a partir de 1930.

### **3.2.2 Movimentos sócio culturais emancipatórios**

Outra importante contribuição dos anarquistas no Brasil, menos conhecida do que a influência anarcossindicalista, foi a tentativa de instituir escolas e universidades para o operariado. No início do século XX várias iniciativas foram tomadas, visando à formação de pessoas críticas e questionadoras de seus direitos, essas tentativas, muitas vezes lúdicas, foram a forma de expressar o descontentamento com a realidade enfrentada por milhares de trabalhadores, Edgar Rodrigues destaca:

[...] O jornalismo, o teatro amador de contestação e a poesia, eram alguns dos meios usados pelo movimento operário para construir sua própria cultura, tendo por meta o ideal social da autogestão. Seu objetivo era provocar a derrocada do Estado, acabar com o regime de pobres e ricos, de



exploradores e explorados, para reconstruir em cima das ruínas o velho sistema burguês uma Sociedade Nova, autogerida, onde todos tivessem direitos e deveres iguais (RODRIGUES, 1996, p.8).

As iniciativas mais audaciosas dos anarquistas, de então, foram as de levar a educação a um nível bastante acessível. Criaram escolas e universidades livres, autogeridas com recursos de doações e que foram a primeira tentativa de educação realmente popular não atrelada ao Estado.

A concepção das escolas e universidades populares é creditada ao espanhol Francisco Ferrer, idealizador da Escola Moderna na Espanha, condenado a morte, por fuzilamento, no dia 13 de outubro de 1909. Entretanto, a repercussão da morte de Ferrer só fez aumentar o ímpeto dos seus seguidores em criar novas escolas racionalistas nos moldes de seu idealizador, em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, segundo Edgar Rodrigues:

Antes do fuzilamento, já fora fundada, em 1904, a Universidade Popular na sede do Sindicato dos Pintores do Rio de Janeiro e, em 1915, nascia a Universidade Moderna em São Paulo, por iniciativa de Florentino de Carvalho, um anarquista de origem espanhola [...] Para sustentar dezenas de escolas livres, fundadas por operários anarcossindicalistas e anarquistas, o proletariado formou grupos de teatro social e, enquanto fustigava a burguesia, a Igreja e o Estado com suas peças revolucionárias e anticlericais, distribuía anarquismo aos espectadores, conseguia recursos financeiros para ajudar as escolas, operários desempregados, doentes, além de presos por suas ideias, e ainda publicava prospectos, folhetos e jornais (RODRIGUES, 1996, p.8).

A tentativa de construir um conhecimento novo e emancipador era a proposta das escolas libertárias recém-implantadas no país. Conforme as palavras de Maria Aparecida Macedo Pascal:

Os libertários opunham-se tanto às formas de produção capitalista como comunismo autoritário, contestando a existência do próprio Estado, propondo autogestão. Neste contexto, a pedagogia libertária tinha enorme importância, já que contribuía para a consciência e emancipação da classe trabalhadora. A construção de uma nova sociedade apoiava-se, em grande parte, nas ideias de uma nova educação, feita em outras bases e valores, tais como respeito à liberdade, à individualidade e, sobretudo à criança. A pedagogia anarquista acusava a escola de reproduzir os interesses da Igreja e do Estado, enquanto promovia uma renovação dos métodos e valores (PASCAL, 2009, p.9).

A partir das inúmeras experiências que os anarquistas conseguiram implantar durante o início do século XX ficava mais evidente que as ideias de emancipação ganhavam mais força entre o operariado. A classe do trabalho reverberava nas manifestações feitas em

jornais, revistas e panfletos, fazendo o ideário se propagar com mais intensidade e incomodar os patrões, a Igreja e o Estado.

### **3.2 Declínio do anarquismo no Brasil:**

À medida que se avança lentamente o século XX, o mundo ocidental é marcado por agitações políticas na Europa e essas convulsões ganham força em escala ainda maior. A América Latina, é atingida pelos reflexos da I Guerra Mundial, no Brasil, há um contexto de fome e miséria, momento em que o governo brasileiro aproveita para deportar milhares de estrangeiros, sob a acusação de agitação política.

Como já explicitado a historiografia demarca o incentivo e chegada de trabalhadores estrangeiros como opção para substituir a mão de obra escrava no Brasil. Entretanto, o que era para ser solução acabou por se tornar um agrave nos problemas, pois reconhecidamente os trabalhadores estrangeiros, a maioria militante de movimentos libertários, alguns declaradamente anarquistas subverteram a ordem, incomodaram o poder constituído e por isso foram perseguidos, presos, expulsos e mortos.

A situação caótica em que o Brasil se encontrava durante os primeiros anos do século XX foram o fermento necessário para que as propagandas libertárias pudessem crescer e causar temor no clero, elites e dirigentes do país. A situação de miséria a que estavam sujeitas milhares de trabalhadores favorecia a simpatia dos mesmos e nutria-lhes a esperança que uma nova sociedade, mais igualitária pudesse ser construída em solos brasileiros.

Edgar Rodrigues aponta que essa situação piorou durante a I Guerra:

A guerra europeia refletiu-se no Brasil pelo desemprego, gente trabalhando por comida, comício dos operários nas portas das fábricas com o propósito de pressionar o governo de Wenceslau Brás a autorizar a criação de “Feiras Livres” para vender alimentos diretos do produtor ao consumidor, isentos de impostos e livres de atravessadores. Neste período de fome no Brasil, explodiram greves de grande repercussão nacional e os governantes aproveitaram para prender, deportar e expulsar centenas de ‘agitadores estrangeiros, como foram batizados pela burguesia [...] (RODRIGUES, 1996, p.9).

O que se infere a partir dos inúmeros relatos e dados historiográficos é que o movimento anarquista (especialmente o anarcossindicalismo) foi, de fato, um movimento forte, bem articulado, apesar de todas as probabilidades de fracasso eventual em seu início, devido à heterogeneidade das correntes que aderiram às causas do operariado, embora as mesmas enfrentassem “inimigos” comuns, como os patrões, a Igreja e o Estado.

A forma e os meios como deveriam agir era o fator que ora os aproximava e ora os distanciava, pois anarquistas, anarcossindicalistas e socialistas pensavam, formulavam e utilizavam meios como: a propaganda, greve e “revolução” para atingirem à mesma finalidade, a construção de uma nova sociedade, laica e sem Estado. Por essa razão, torna-se evidente que tais ideias não tinham a simpatia e o apoio de setores consideráveis da sociedade brasileira do início do século XX, que viam na ascensão da propaganda anarquista uma ameaça ao *status quo* da sociedade de então.

Os impactos da Revolução Russa<sup>16</sup> foram sentidos no Brasil e muitos entusiastas pensaram ser um momento propício no país também, o “sucesso” da Revolução Russa fez com que houvesse uma primeira tentativa de criação de um partido comunista. Entretanto o “verdadeiro” Partido Comunista Brasileiro, seria criado em 1922, conforme relatos de Edgar Rodrigues:

Em 1921, Edgard Leuenroth foi procurado na redação do “*Vanguarda*” pelo delegado da Terceira Internacional para países de língua portuguesa e espanhola, Renison Soubiroff[...]Soubiroff exibiu credencial, bordada em seda vermelha, dentro de forro da manga e convidou Edgard Leuenroth para fundar o Partido Comunista no Brasil. Leuenroth recusou e indicou-lhe Astrojildo Pereira. Chamou-o do Rio de Janeiro e fez as apresentações [...] Em março de 1922, um congresso formalizava o nascimento do Partido Comunista Brasileiro (RODRIGUES, 1996, p.10).

Pouco tempo depois Leuenroth ficou doente e foi internado em um sanatório em São Paulo e ainda de acordo com Edgar Rodrigues:

[...] João da Costa Pimenta, num golpe típico dos leninistas, roubou o acervo, inclusive as “máquinas”, entregando-as ao P.C.B., que nascia com sua ajuda, fundado por onze anarquistas e um socialista, deixando todos os libertários que contribuíram com seus tostões a ver navios (RODRIGUES, 1996, p.10).

Em meio às conturbações sociais, o movimento anarcossindicalista pareceria mais dividido que antes, pois os libertários não consentiam na forma de agir do Partido Comunista, nem mesmo aceitavam a formação de partidos, pois entendiam que os partidos são variações do absolutismo, conforme máxima de Proudhon ainda de meados do século XIX. Entretanto, Edgar Rodrigues relata as formas de abordagem do Partido Comunista ao operariado:

---

<sup>16</sup> A partir da Revolução Russa, muitos anarcossindicalistas ficaram ainda mais entusiasmados com o que acreditavam ser um sucesso das práticas libertárias. Entretanto tal fato só iria acentuar ainda mais a perseguição aos libertários, pois, havia o temor que a onda de revoluções pudesse se alastrar na Europa Ocidental e chegar, quem sabe, ao Brasil.

A partir desta época, os comunistas começaram a levar a cabo sua política sistemática de infiltração e de assalto aos sindicatos livres ainda em funcionamento como o dos Sapateiros, Construção Civil e Tecelões (todos no Rio). Envolveram-se em luta corporal com os anarco-sindicalistas e anarquistas, em uma noite roubaram o acervo do Sindicato dos Sapateiros, na Rua José Maurício. O desfecho foi o assassinato do anarquista Antônio Dominguez (sapateiro), do gráfico Damião, além de doze feridos [...] Pedro Bastos e Galileu Sanchez foram os autores dos tiros, e os autores intelectuais Astrojildo Pereira, Otávio Brandão, João da Costa Pimenta e o deputado pelo P.C.B., Azevedo Lima (RODRIGUES, 1996, p.11).

Concomitantemente às revoltas militares e dissensões entre anarquistas e comunistas, o Governo de Artur Bernardes aproveitou para deportar os opositores, libertários e encarcerá-los na Prisão de Clevelândia do Norte no Oiapoque-AP, além de fechar os sindicatos e proibir os jornais anarquistas de circular.

Dessa forma, o governo desarticulava qualquer pretensão de subversão ou mesmo de protagonismo de movimento operário combativo que pudesse infligir algum dano ao Estado, também não conseguiriam avançar nas conquistas trabalhistas. Portanto, nesse momento, o anarquismo sai de cena e vai para a obscuridade histórica.

O fato inquestionável é que o anarquismo perdeu força, por conta das circunstâncias históricas apontadas por Edgar Rodrigues, uma sucessão de reveses, entre dissensões, perseguições, repressões e panorama político mundial bipolar entre capitalismo e socialismo real, foram aos poucos e progressivamente atuando contra a doutrina político-filosófica que nascera concomitante à que se tornaria hegemônica no leste europeu. As razões do declínio do anarquismo são muitas, embora haja discordância entre autores sobre o peso de cada variável, pode-se dizer que, muito do seu declínio se deve:

1. À propagação restrita aos meios urbanos;
2. Ao conhecimento restrito de certas classes no meio urbano;
3. À participação restrita a certas categorias;
4. À baixa capilaridade e integração mais ampla;
5. Aos poucos líderes formadores;
6. Às dissensões constantes entre os correligionários;
7. Às disputas com outras correntes anarquistas;
8. Às disputas com outras filosofias políticas: Socialismo e Comunismo;
9. Às perseguições do Patronato;
10. Às perseguições do Estado: fechamentos de sindicatos e centrais, prisões e deportações.

Portanto, não se pode perder de vista que o anarquismo, em especial o anarcossindicalismo não estava só num campo de disputas e não poderia prevalecer diante de inúmeras situações que foram lentamente atuando de forma a amalgamar sua importância junto ao movimento operário.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

- **Por que a historiografia relegou as margens da História as contribuições do movimento anarquista no Brasil?**

Entender o movimento anarquista, não é tarefa das mais fáceis, principalmente quando se olha para os seus primórdios na Europa, enquanto filosofia política, entretanto, torna-se necessário o estudo aprofundado do movimento, de suas múltiplas correntes, em especial as que estiveram presentes durante o período investigado nesta breve pesquisa. Portanto, torna-se, igualmente, necessário compreender as causas, motivos e circunstâncias, de seu surgimento no país, sua importância, suas contribuições para a sociedade, em especial para o movimento operário urbano.

Para corroborar a hipótese de que houve uma tentativa de obliteração histórica, recorre-se a Edgar Rodrigues. O autor afirma que o movimento passou a declinar com as dissensões e proibição dos sindicatos, nos anos 1920, que seriam reabertos sob um novo modelo, por Vargas:

A partir desse momento vai esmorecendo o movimento sindical autônomo, vítima de condições históricas adversas convergentes: repressão fascizante e o avanço da estratégia leninista nos meios operários, construída em cima de muita desinformação sobre os rumos que tomava a Revolução Soviética [...] Com a transformação dos sindicatos em meros instrumentos do estado corporativo e de correia de transmissão do partido, a imprensa operária vai perdendo suas características básicas de espontaneidade, pluralidade, radicalidade libertária, tornando-se um mero repositório de discursos políticos de direções burocráticas e de retrato das pequenas e domesticadas lutas por aumentos salariais [...] A imprensa libertária reaparece esporadicamente nos momentos de menor repressão, mas o estado e seus partidários tinham obtido uma importante vitória, a imprensa operária autônoma desapareceu, junto com o ciclo do sindicalismo livre (RODRIGUES, 1996, p.12).

A partir de então surge uma lacuna histórica em que o anarquismo no Brasil vai para as margens da história. As conquistas, avanços e tentativas de melhorias do operariado no início do século XX são enublados, como aponta Osvaldo Rodrigues Júnior:

Para além dos escritos superficiais sobre o operariado brasileiro, a produção militante surge como os primeiros estudos sobre o movimento operário brasileiro de forma mais sistemática e “historiográfica”. Composta por sindicalistas e ativistas políticos de esquerda, jornalistas e advogados vinculados a movimentos sociais [...] (RODRIGUES JÚNIOR, 2007, p.7).

Igualmente corrobora à ideia de Osvaldo Rodrigues, Endrica Geraldo, segundo a qual:

A historiografia a respeito do movimento anarquista no Brasil limitou-se, até pouco anos atrás, ao estudo de sua influência junto às organizações operárias nas duas primeiras décadas deste século. Com afastamento entre anarquismo e as organizações de classe no final dos anos 20 e começo dos 30, o movimento anarquista passou a ser considerado extinto e “superado” por outros movimentos de esquerda, principalmente pelo comunismo [...] (GERALDO, 1998, p.1).

Um dos âmbitos em que se desenvolve uma pesquisa intensa de resgate histórico é o da imprensa libertária, entretanto Edgar Rodrigues aponta imperfeições na forma como se pesquisa as fontes primárias dos periódicos anarquistas e critica a historiografia tradicional:

A própria pesquisa histórica em cima dessa imprensa é feita sem qualquer sentido de objetividade ou de verdade. Esses “historiadores”, muitas vezes, o que não conseguem ocultar, falsificam, conseguindo o feito de passar por muitas décadas de movimento operário e imprensa social, quase sem lhes reconhecer a existência. Para eles, o movimento operário só passou a existir quando, de alguma forma, começou a ser domesticado pela burocracia do estado dirigido por essa vanguarda detentora da verdade histórica: o Partido Comunista [...] estes “historiadores, invariavelmente, concluem o pré-concebido: “as ideias anarquistas não estavam adequadas à realidade brasileira”, “a imprensa operária do começo do século era lida por alguns imigrantes, etc, [...]” (RODRIGUES, 1996, p.12).

Dessa forma, entende-se que relegar a uma nota de rodapé na história não é contar a história como ela ocorreu, ainda que seja uma interpretação ou através da perspectiva de quem a conta. Isso na prática é uma tentativa de obliterar historicamente a participação e influência do anarcossindicalismo no Brasil. Apesar de todas as circunstâncias desfavoráveis e a descontinuidade de seu protagonismo não se deve tratar como um movimento natimorto, que não teve a *maturidade* de congregar e levar adiante as lutas do operariado brasileiro.

Um exame atento dos fatos é o suficiente para se ter bem claro como surgiu o movimento operário no país. Uma vez descartado o período do Império, porque é um caso à parte, tem-se como marco os últimos anos do século XIX, quando já começam a haver as condições mínimas para organização social de classes de trabalhadores em associações e pequenos sindicatos. Concomitantemente, a chegada de líderes anarquistas, anarcossindicalistas e socialistas, principalmente estrangeiros, em sua maioria italianos,

espanhóis e portugueses, que através da imprensa livre começaram a publicar as insatisfações do pequeno operariado urbano.

Como já bastante discorrido neste trabalho, a principal corrente que tinha articulistas e periodistas era a dos anarcossindicalistas, os mesmos além de promoverem a causa operária e chamarem atenção para o que se denominou *A questão social* também tiveram ativa participação nos movimentos encampados na trajetória de 1900 até 1919, neste período, muitos pagaram com perseguições, prisões e deportações pela atuação incessante pela causa obreira do país.

Foram também os mesmos que articularam os primeiros sindicatos, ligas, federações, confederações de associações e congressos, participaram ativamente, nesse período, de todas as campanhas grevistas, tiveram incursões, propagações que seguiram além de seus estados de atuação.

Pressionaram o patronato a recorrerem à mediação do Estado e na busca do que seria mais tarde a promulgação da unificação das leis trabalhistas através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), portanto, tudo que se reputa de ganhos ou mesmo da *outorga* do Estado Vargas foi conquistado com a luta incansável de anarquistas, não apenas, mais principalmente com o empenho de anarcossindicalistas que foram os principais articuladores dos movimentos operários do período em questão.

Essa revisão simples da história já é o suficiente para colocar o anarquismo no Brasil no lugar de destaque, pela sua vanguarda, pela sua eficiência organizacional, quando não havia outros atores políticos que o pudessem fazer, os anarcossindicalistas o fizeram. Então, questiona-se: Por que, apesar dessas contribuições sua história foi enublecida ou mesmo houve uma tentativa deliberada de obliterá-la?

O objetivo, deste trabalho, não é, contudo, mostrar um anarquismo heroico, como único protagonista dessas conquistas, diante do que foi exposto, intentou-se deixar claro que o anarquismo, ou melhor, o anarcossindicalismo não foi a única corrente a organizar massas de operários, nem tampouco que a imprensa livre e combativa era exclusividade dos mesmos.

A propositura foi, desde sempre, mostrar que além do anarcossindicalismo, havia outros atores políticos em cena, outras circunstâncias que inclusive obstariam as intenções dos mais radicais anarquistas, entretanto, trata-se de fazer *justiça histórica*, uma correção

histórica, ou seja, investigar e demonstrar os fatos obscuros que amalgamaram a importância, proeminência, protagonismo e contribuições desse movimento.

Os resultados das pesquisas demonstraram a real dimensão do que foi o anarquismo no Brasil, em sua principal vertente, o anarcossindicalismo, que não foi a única corrente anarquista, nem foi a única corrente político-filosófica, assim como na Europa, o anarquismo teve de disputar cada metro de chão das fábricas, sindicatos e ruas para se tornar o principal, mas não exclusivo articulador dos movimentos operários que através de suas múltiplas atuações, como organizações, publicações de periódicos, concitações de greves, das quais, as mais expressivas foram as realizadas entre 1917 e 1919, e que marcaram um período que pode-se considerar o auge do *Movimento Operário Livre* no país, momento em que muitos industriais reconheceram os direitos trabalhistas, sem a necessidade de intervenção estatal, através dos acordos coletivos com as confederações de trabalhadores.

Portanto, lançam-se novas luzes sobre fatos e constatações históricas, que por muito tempo ficaram olvidadas, restritas aos pequenos círculos de remanescentes de anarquistas, herdeiros de uma *sombra* responsável pela conquista e reconhecimento de direitos trabalhistas, tal como ainda se encontram nos dias atuais, apesar de fortes pressões para flexibilizá-los, em decorrência de um novo panorama político e econômico vigente em nível global, no qual o liberalismo econômico é, de fato, mais hegemônico como nunca antes o fora.

- **O anarquismo seria uma filosofia política superada?**

Após a tentativa bolchevique de implantar o comunismo na Rússia, além de outros países nos quais a influência da União Soviética foi bastante considerável, por exemplo, em países do leste europeu, em países da África, Ásia, e em Cuba, percebe-se que entre a teoria e a prática há uma discrepância na forma como concebida a ideia e como foi implantado o “Comunismo Real”.

A opinião pública pode agora refletir e tirar conclusões sobre as diferenças fundamentais entre Socialistas, Comunistas e Anarquistas; mas resta a questão: o anarquismo seria uma filosofia política superada? Para Woodcock:

Seguramente, enquanto movimento, o anarquismo fracassou. Em pouco menos de um século de atuação, ele sequer se aproximou da realização de seu principal objetivo, que era eliminar o Estado e erguer Jerusalém de suas ruínas. A influência que outrora conseguira exercer reduziu-se a quase nada



nos últimos quarenta anos, como resultado de uma sucessão de malogros e do esvaziamento gradual da esperança [...] Não existem sequer quaisquer possibilidades admissíveis de um renascimento do anarquismo tal qual viemos a conhecê-lo depois da criação da Primeira Internacional, em 1864; a história parece sugerir que os movimentos que não conseguem tirar proveito das oportunidades que ela lhes oferece jamais tornam a renascer (WOODCOCK, 1997, p. 257).

Entretanto, há necessidade de fazer uma reparação histórica e para tanto, o próprio cético Woodcock afirma:

Os anarquistas sempre se reputaram revolucionários, e em teoria foram-no de fato. Na prática, contudo, o anarquismo organizado dos séculos XIX e XX foi na verdade um movimento mais de revolta que revolucionário; um protesto, uma dedicada resistência à tendência mundial, firmada desde a metade do século XVIII, de centralização política e econômica, com tudo o que esta implica em termos de substituição dos valores pessoais por valores coletivos, e de submissão do indivíduo ao Estado (WOODCOCK, 1997, p.258).

Seria algo mais próximo de um elogio do grande estudioso sobre o movimento anarquista e sua possibilidade de voltar à cena, em termos de ideário filosófico-político, entretanto, como se observa muitos impérios ruíram no passado, países que adotaram uma versão totalitária do socialismo marxista fracassaram na escalada “evolutiva”, segundo o que o próprio Marx preconizava: Organização de classe, Ditadura do Proletariado; Instituição do Estado Socialista de transição para o último estágio: o Comunismo.

Isso poderia levar muitos simpatizantes do Anarquismo a pensar que poderia ser um momento propício, visto que o Capitalismo é um inimigo aterrador, porém, há muito mais em jogo do que a simples especulação de viabilidade, pois assim como o capitalismo não é o mesmo de outrora o anarquismo também é diferente.

Portanto, o que impede a filosofia política anarquista ganhar novos contornos aos seus velhos esboços é a constatação óbvia de que o capitalismo se encontra ultra sedimentado, está em uma nova fase, um estágio superior ao do capitalismo fabril do século XIX, isso torna a tarefa de reerguer o anarquismo ainda mais difícil.

Como seria possível esse ressurgimento? Como seria possível estabelecer uma sociedade anárquica em pleno século XXI? Quanto à primeira questão, supõe-se não se tratar de um ressurgimento, pois o anarquismo mesmo sendo quase obliterado da história sempre esteve à sombra, em pequenos círculos, agora “re” surge com novos adeptos, a maioria de

decepcionados com o fracasso do “Comunismo” e alguns que por acaso têm conhecimento da filosofia política.

Quanto à segunda questão, pode-se considerar mais complicada, pois como já foi dito, o mundo está cada vez mais envolvido nas teias do capitalismo, trata-se de um sistema ubíquo, hegemônico, está em todos os continentes, em democracias liberais e também em ditaduras sanguinárias, todas estão de alguma forma interdependentes numa rede global.

Pensar em anarquismo no século XXI seria o mesmo que pensar em capitalismo durante os primórdios da Idade Média, é algo improvável e contra todas as possibilidades, pois de todas as ideias libertárias e contestadoras do Capitalismo, o Anarquismo demonstrou ser a menos eficaz contra os instrumentos que o capitalismo reuniu; e ainda o fato de o anarquismo ser atualmente mais fragmentado o torna inviável, enquanto movimento de massas, restando apenas à clandestinidade asceta de anarco-individualistas, anarco-primitivistas que se desprendem do mundo para viverem isolados no mundo.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **A Política**; Mário da Gama Kury, - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

\_\_\_\_\_. **Ética a Nicômaco**; tradução de Pietro Nassetti, - São Paulo: Martin Claret, 2006.

BAKUNIN, Mikhail Aleksandrovitch. **O Princípio do Estado e Outros Ensaio**s; tradução de Plínio A Coêlho, - São Paulo: Hedra, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Socialismo Libertário**, tradução: Olinto Beckerman, Editora: Global, 2ª edição, 1979,

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI Nicola e PASQUINO, Gianfranco; **Dicionário de política I**, trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; 11a ed.- Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo**, tradução de Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. **O Conceito de Sociedade Civil**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BUBER, Martin. **Socialismo Utópico**; São Paulo: Ed. Perspectiva, 1971.

CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1877-1914)**; São Paulo: DIFEL, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Cidade e Fábrica: a construção do mundo do trabalho na sociedade burguesa**, Tese de Mestrado, Campinas: UNICAMP, 1983.

CERQUEIRA Filho, Gisálio. **A Influência das Ideias Socialistas no Pensamento Político Brasileiro, 1890-1922**, Tese de Mestrado, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1975.

COSTA, Caio Túlio. **O que é o Anarquismo**; São Paulo: Brasiliense, 1983.

DULLES, John W. F. **Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935**; tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DURKEHIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**; tradução Eduardo Brandão, - 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ERICKSON, Keneth Paul. **Sindicalismo no Processo Político no Brasil**; São Paulo: Brasiliense, 1979.

FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)**, São Paulo: DIFEL, 1976.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

\_\_\_\_\_. **Em Busca do Socialismo**. São Paulo: Xamã, 1995.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A Imprensa Operária no Brasil: 1890-1920**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1978.

FOOT, Francisco e LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos vinte)**; São Paulo: Global Ed. 1982.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: Ática, 1976.

GERALDO, Endrica. *Práticas Libertárias do Centro de Cultura Social Anarquista de São Paulo (1933-1935 e 1947-1951)*; 1998. Disponível em: <[http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes\\_ael/index.php/cadernos\\_ael/article/viewFile/109/115](http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/109/115)>. Acesso em 15/10/2013.

GOMES, Angela M. de Castro. **A Invenção do Trabalhismo no Brasil**. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. **Burguesia e Trabalho. Política e Legislação Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

HALL, Michael. **The Origns of Mass Imigration in Brazil, 1871-1914**; Columbia Univ. 1969.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria, Nem Patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil**; Brasiliense, 1984.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era do Capital (1848-1875)**, Trad. Luciano Costa Neto; 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KROPOTKIN, Piotr Alekseievich. **O Princípio Anarquista e Outros Ensaios**; tradução de Plínio A Coêlho, - São Paulo: Hedra, 2007.

LACLAU, Ernesto. **Política e Ideologia na Teoria Marxista: capitalismo, fascismo e populismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LUKÁCS, György. **Socialismo e Democratização: escritos políticos**, - Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

LENIN. **O Estado e a Revolução**; tradução J. Ferreira, - Moscou: s/ ed. 1918.

MALATESTA, Errico. **Anarquistas, Socialistas e Comunistas**, Editora Cortez, 1ª edição, tradução: Plinio Coelho.

\_\_\_\_\_. **Escritos Revolucionários**; tradução de Plínio A Coêlho, - São Paulo: Hedra, 2007.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARANHÃO, Ricardo. **Sindicatos e Democratização**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro: 1890-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MARTINS, Heloísa T. Souza. **O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1979.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**; tradução Torrieri Guimarães, - São Paulo: Martin Claret, 2008.

\_\_\_\_\_. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Lafonte, 2012.

MORAES Filho, Evaristo de. **Socialismo Brasileiro**. Brasília: UnB Ed, 1981.

MORE, Thomas. **A Utopia**. 1. ed. – São Paulo: Martin Claret, 2013.

MUNAKATA, Kazumi. **A Legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

NASCIMENTO, Rogério Humberto Zeferino. **Imprensa anarquista no Brasil (1907-1915): indisciplina, experimentos libertários e emergência de saberes**. s/d. Disponível em <<http://www.nu-sol.org/agora/pdf/rogerionascimento.pdf>>. Acesso em 15/10/2013.

NUNES, Edson. **A Gramática Política no Brasil**. 3. ed – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

PASCAL, Maria Aparecida Macedo. **Imigrantes Portugueses: Anarquistas e Comunistas sob o Olhar do DEOPS**. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Maria%20Aparecida%20Macedo%20Pascal.pdf>>. Acesso em 15/10/2013.

\_\_\_\_\_. **Anarquismo e Comunismo sob o Olhar do DEOPS**. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História; Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0165.pdf>>. Acesso em 15/10/2013.

PEDRO, Felipe Correa. **Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica**. Dissertação de mestrado, - São Paulo: apresentado ao Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, 2012.

PLATÃO. **A República**; tradução de Pietro Nassetti, - São Paulo: Martin Claret, 2000.

PROUDHON, Pierre Joseph. **A Propriedade é um Roubo e Outros Escritos Anarquistas**, Editora: L&PM Pocket, 2ª edição, notas de Daniel Guérin, tradução: Suely Bastos.

\_\_\_\_\_. **Sistemas das Contradições Econômicas, ou, Filosofia da Miséria**; tradução de J. C. Morel. – São Paulo: Ícone, 2003.

RODRIGUES, Edgar. **Pequena História da Imprensa Social no Brasil**. Rio de Janeiro; 1996. Disponível em: <<http://recollectionbooks.com/bleed/Encyclopedia/ArchiveMirror/ArquivoDeHist%F3riaSocialEdgarRodrigues/PEQUENA%20HIST%20DA%20IMPrensa%20SOCIAL%20NO%20BRASIL.htm>>. Acesso em 15/10/2013.

RODRIGUES JÚNIOR, Osvaldo. **Representações do Anarquismo na historiografia do Movimento Operário Brasileiro**. Disponível em:

<[http://www.historia.ufpr.br/monografias/2007/2\\_sem\\_2007/resumos/osvaldo\\_rodrigues\\_junior.pdf](http://www.historia.ufpr.br/monografias/2007/2_sem_2007/resumos/osvaldo_rodrigues_junior.pdf)>. Acesso em 15/10/2013.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Contrato Social**. – 19ª ed. – Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

SAES, Décio A. M. A. **Formação do Estado Burguês**. Tese de Livre Docência. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1982.

\_\_\_\_\_. **A Questão da Autonomia Relativa do Estado em Poulantzas**. Revista Crítica Marxista, s/d.

SILVA, Doris Accioly e. **Anarquistas: Criação Cultural, Invenção Pedagógica**. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 15/10/2013

SILVA, Lígia Maria Osório. **Movimento Sindical Operário na Primeira República**; Tese de Mestrado, Campinas: IFCS/Unicamp, 1977.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Desfigurada**; tradução de João Leske, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**, 4ª ed.; tradução de Pietro Nassetti, São Paulo: Martin Claret, 2001.

WEFFORT, Francisco. **Sindicatos e Políticas**. Tese de Livre Docência; USP, São Paulo, 1972.

WOODCOCK, George. **História das Ideias e Movimentos Anarquistas: A Ideia, v.1**; tradução de Júlia Tettamanzy. -Porto Alegre: L&PM, 2007.

\_\_\_\_\_. **História das Ideias e Movimentos Anarquistas: O Movimento, v2**; tradução de Júlia Tettamanzy. -Porto Alegre: L&PM, 2007.